



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO  
BÁSICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E  
GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA

JAMYLLE EMILLY PAZ MAIA

**PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA: A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS  
SADIAS FILHAS DE PAIS TUBERCULOSOS NO MUNICÍPIO DE  
BELÉM (1948-1965)**

BELÉM-PA  
2024

JAMYLLÉ EMILLY PAZ MAIA

**PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA: A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS  
SADIAS FILHAS DE PAIS TUBERCULOSOS NO MUNICÍPIO DE  
BELÉM (1948-1935)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica associado ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da Universidade Federal do Pará para defesa, requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Básica.

Linha de pesquisa: História da Educação Básica

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Vivian  
Lobato

BELÉM-PA  
2024

# **PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA: A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS SADIAS FILHAS DE PAIS TUBERCULOSOS NO MUNICÍPIO DE BELÉM (1948-1965)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica associado ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da Universidade Federal do Pará para defesa, requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Básica.

Aprovada em: / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vivian da Silva Lobato (Orientadora)  
Universidade Federal do Pará – PPEB/UFPA

---

Prof. Dr. Alberto Damasceno (Avaliador Interno)  
Universidade Federal do Pará – PPEB/UFPA

---

Prof. Dr. Sidney da Silva Lobato (Avaliador Externo)  
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

---

Prof. Dr. Renato Pinheiro da Costa (Suplente)  
Universidade Federal do Pará – PPEB/UFPA

*Aos meus pais, Judith e Célio. Aos meus sobrinhos e afilhados, Mateus e  
Maria Teresa.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me manter forte até e aqui e me conceber a sabedoria e resiliência necessária para completar esta jornada.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Vivian Lobato, por ter sido tão acolhedora e compreensiva ao longo desses dois anos, principalmente nos momentos mais difíceis. Sou imensamente grata por ter acreditado em mim no momento em que me aceitou como orientanda.

Ao Prof<sup>o</sup> Alberto Damasceno, por ter me acolhido nos meus primeiros momentos como pesquisadora. Seus ensinamentos e conselhos me moldaram como pesquisadora, professora e pessoa.

Ao Prof<sup>o</sup> Sidney Lobato, por ter aceitado participar da banca avaliadora e então proporcionado ensinamento e observações que foram fundamentais para minha pesquisa.

Ao Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM), por todo o apoio acadêmico. Todos são parte dessa pesquisa, pois deram sua valorosa contribuição. O grupo ocupa um espaço muito especial no meu coração.

A minha mãe Judith, por ser sempre tão amorosa, acolhedora e cuidadosa sempre que precisei.

Ao meu pai Célio, por sempre ter me dado todo o suporte que precisei ao longo da vida.

A minha irmã Jéssica, por toda a cumplicidade e parceria que sempre tivemos. Que ela siga firme e forte.

Aos meus sobrinhos, Mateus e Maria Teresa, por terem me preenchido de amor e serem minha inspiração e alegria nos dias não tão bons.

Ao meu amor, Gabriel, por ser paciente, parceiro e compreensivo em todos os momentos difíceis e desafiantes ao longo desse percurso.

As minhas amigas e amigos que indiretamente contribuíram para que essa jornada tenha sido mais leve e por terem sido companhia quando precisei.

As minhas colegas da disciplina Ateliê de Pesquisa, por terem contribuído de forma tão gentil ao meu trabalho.

Ao Programa de Pós Graduação e Gestão da Escola Básica – PPEB, pela oportunidade de ingressar como aluna e contribuir para minha formação.

À Universidade Federal do Pará, por ser a instituição que me formou e me moldou como pesquisadora.

“Não sou um profeta, meu trabalho é construir janelas  
onde antes havia paredes”

- *Michel Foucault*

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as normativas presentes no Preventório Santa Terezinha, instituição localizada no município de Belém, no Estado do Pará no período de 1948 a 1965. A instituição foi criada com o intuito de atender "crianças sadias filhas de pais tuberculosos" refletindo a política de saúde adotada na época, que separava os doentes de seus familiares mais próximos. O trabalho está inserido na área da História da Educação, situada na temática da História das Instituições. O referencial teórico é composto por autores como Foucault (1987), Sanfelice (2007), Magalhães (1996), que tratam da História das Instituições, e Rizzini (2011), Rizzini (2004), Del Priore (1991) e Passetti (2002) que abordam a História da Infância. Utilizamos, como fonte de pesquisa, o Regimento Interno do Preventório de 1954, os Estatutos do Preventório Santa Terezinha de 1965 com o intuito específico de analisar a organização e história da instituição, a sua organização interna, por fim, o ensino oferecido as crianças internas no Preventório. Todos os documentos utilizados foram coletados junto a instituição pesquisada. Barros (2012). Por meio das inferências realizadas ao analisar o conteúdo das fontes, constatamos que, as medidas de cunho higienista se fizeram presente na Instituição por meio das medidas profiláticas e sanitárias exigidas pelo Preventório. As normativas da instituição estavam imersas nas premissas higienistas para o controle, vigilância e fiscalização da referida instituição. Desta forma, a educação oferecida aos internos abrangia aspectos da doutrina higienista como a escolha estratégica dos locais das instituições, a configuração das construções para cuidado e aprendizado, a manutenção da limpeza nos ambientes e a qualidade da alimentação oferecida.

**Palavras-chave:** Preventório Santa Terezinha. História das Instituições. Higienismo.. História da Infância Paraense. História da Educação.



## ABSTRACT

This research aims to analyze the institutional trajectory of Preventório Santa Terezinha, institution located in the municipality of Belém, in the State of Pará from 1948 to 1965. The institution was created with the intention of serving "healthy children of tubercular parents" reflecting the health policy adopted at the time, which separated the sick from their closest relatives. The work is inserted in the area of the History of Education, located in the theme of the History of Institutions. The theoretical framework is composed of authors such as Sanfelice (2007), Magalhães (1996), who deal with the History of Institutions and Rizzini (2011), Rizzini (2004), Del Priore (1991) and Passetti (2002) who deal with the History of Infancy. We used, as a source of research, the Internal Regulations of the Preventório of 1954, the Statutes of the Preventório Santa Terezinha of 1965 in order to analyze the organization and history of the institution, as well as the hygienist performance present in it and, finally, the teaching offered the children interned in the Preventório. All documents used were collected from the researched institution. Barros (2012). Through the inferences made so far, we found that, among other things, measures of a hygienist nature were present in the Institution through the prophylactic and sanitary measures required by the Preventório. "The institution's regulations were immersed in hygienist premises for the control, surveillance, and oversight of the institution in question. The education provided to the inmates encompassed aspects such as the strategic choice of institution locations, the configuration of buildings for care and learning, the maintenance of cleanliness in environments, and the quality of the food provided."

**Keywords:** Preventório Santa Terezinha. History of Institutions. Hygiene. Teaching. History of Education.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Roda dos Expostos .....   | 33 |
| Figura 2 – Roda de expostos no Diário de Belém .....                       | 34 |
| Figura 3 – Dormitório das crianças.....                                    | 51 |
| Figura 4 – Capa dos Estatutos do Preventório Santa Terezinha.....          | 52 |
| Figura 5 – Regimento Interno do Preventório Santa Terezinha .....          | 59 |
| Figura 6 – Guia de Remessa de Gêneros Alimentícios.....                    | 64 |
| Figura 7 – Exemplo de ficha dos alunos internos.....                       | 70 |
| Figura 8 – Atestado de Imunização contra Poliomielite.....                 | 71 |
| Figura 9 – Crianças internas do Preventório em momento de recreação .....  | 76 |
| Figura 10 – Crianças internas do Preventório em momento de recreação ..... | 77 |
| Figura 11 – Sala de aula do Preventório .....                              | 78 |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 – Teses e dissertações que abordam instituições com caráter assistencialista e educativo em Belém do Pará ..... | 16 |
| Quadro 2 – Fontes catalogadas .....  | 21 |
| Quadro 3 – Instituições Congêneres ao Preventório Santa Terezinha.....   | 28 |

## **LISTA DE SIGLAS**

|       |   |
|-------|---|
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior         |
| LAPEM | Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação          |
| PPEB  | Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola<br>Básica |
| PPGED | Programa de Pós-Graduação em Educação                               |
| SEDUC | Secretaria de Estado de Educação                                    |
| TCC   | Trabalho de Conclusão de Curso                                      |
| UEPA  | Universidade do Estado do Pará                                      |
| UFPA  | Universidade Federal do Pará  |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>10</b> |
| <b>2 SOBRE A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS E O ATENDIMENTO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA BRASILEIRA.....</b> | <b>26</b> |
| 2.1 PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES .....   | 26        |
| 2.2 BREVE TRAJETÓRIA DO ATENDIMENTO À INFÂNCIA EM INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS DO BRASIL E DE BELÉM DO PARÁ .....   | 30        |
| <b>3 HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DO PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA.....</b>  | <b>44</b> |
| 3.1 CONTEXTO POLÍTICO DO PERÍODO .....   | 44        |
| 3.2 ORGANIZAÇÃO DO PREVENTÓRIO A PARTIR DAS SUAS NORMATIVAS .....  | 47        |
| 3.3 PRESENÇA DA CONCEPÇÃO HIGIENISTA NAS NORMATIVAS DA INSTITUIÇÃO .....                                       | 58        |
| <b>4 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NAS NORMATIVAS DO PREVENTÓRIO .....</b>   | <b>73</b> |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>80</b> |
| <b>FONTES DOCUMENTAIS .....</b>  | <b>83</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>84</b> |
| <b>ANEXO A – LEI Nº 1.165, DE 27 DE JUNHO DE 1955 .....</b>  | <b>89</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação se insere na área de História da Educação, especificamente na temática da História das Instituições. Seu objeto de estudo é o Preventório de Santa Terezinha e suas normativas entre as décadas de 1940 e 1960. O recorte temporal inicia-se em 1948, ano de fundação da instituição. O período encerra-se em 1965, quando a organização já havia estabelecido suas práticas e fortalecido seu papel social, possibilitando uma análise mais precisa das transformações e ajustes ocorridos ao longo desses anos iniciais.

Em outubro de 1948, foi fundado o Preventório Santa Terezinha, uma instituição criada com o objetivo de atender "crianças sadias filhas de pais tuberculosos" (Estatuto do Preventório Santa Terezinha, 1965), refletindo a política de saúde da época, que separava os doentes de seus familiares mais próximos. O Preventório se dedicava a atender meninas e meninos de famílias pobres afetadas pelo contágio da tuberculose<sup>1</sup>. Todas as crianças assistidas pela instituição recebiam instrução primária, desde o Jardim de Infância até a 4ª série do primeiro grau, além de ensino religioso e formação em trabalhos manuais.

A escolha dessa temática resulta da minha experiência no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA - Campus Belém), onde adquiri conhecimentos teóricos e práticos na área educacional ao longo dos anos de estudo. Após dois anos de curso, comecei minha vida profissional como estagiária na Educação Infantil em uma escola particular no centro de Belém - PA, trabalhando com crianças de 4 a 6 anos.

Paralelamente ao estágio, fui bolsista de iniciação científica no Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM). Essa participação, tanto no projeto quanto no estágio, foi crucial para minha formação como profissional da educação e despertou meu interesse pela história da educação infantil. A experiência no grupo de pesquisa me proporcionou saberes históricos, educacionais e pessoais que jamais imaginei adquirir, fruto da troca de vivências e conhecimentos.

Em sala de aula, agora como profissional atuante na educação infantil, pude

---

<sup>1</sup> A tuberculose, também chamada de "peste branca" é uma doença infecciosa documentada desde longa data, com evidências de sua presença até mesmo no Egito e na Grécia Antiga. Estima-se que de 1700 a 1900, a tuberculose tenha sido responsável pela morte de aproximadamente 1 bilhão de seres humanos.

observar de perto o universo da infância e suas diversas ramificações. Essas experiências me permitiram compreender a criança como participante ativa das práticas docentes, levando em conta suas especificidades e ressaltando a importância de vê-la como sujeito histórico. Durante a graduação, tive a oportunidade de me envolver diretamente com a prática educativa envolvendo crianças, o que me ajudou a entender melhor seu cotidiano e suas vivências. Isso despertou em mim um interesse crescente pelas experiências das crianças e pela maneira como vivenciam a infância.

A partir desse percurso, meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) evidenciou a necessidade de uma compreensão histórica da educação infantil no contexto paraense. Motivado por uma inquietação minha e de meu orientador, iniciado no começo de 2020, o TCC teve como objeto de estudo os TCCs do Curso de Pedagogia da UFPA - Campus Belém, de 1983 a 2018. A análise revelou uma considerável incidência de trabalhos abordando temas como educação infantil, musicalização, letramento, alfabetização e inclusão. Em contraste, os trabalhos focados na história do ensino, das instituições e das políticas educacionais eram menos frequentes. Essa constatação me instigou ainda mais a continuar a pesquisa sobre a temática.

Para ingressar no mestrado, inicialmente me propus a continuar o projeto sobre as produções relacionadas à temática corrente, ampliando o foco para incluir não apenas os TCCs, mas também as dissertações. No entanto, ao desenvolver o estudo dessas produções, percebi que meu verdadeiro interesse estava em explorar a história da educação infantil para a minha dissertação, direcionando minha pesquisa para a história da educação básica. Essa escolha foi motivada pela proximidade desse campo com os conteúdos das disciplinas do mestrado, pelos diálogos e discussões realizadas durante as aulas e, principalmente, pelo meu interesse de pesquisa desde a graduação.

Nesse sentido, tanto a pesquisa acadêmica em História da Educação quanto a prática na educação infantil sempre foram componentes centrais do meu percurso acadêmico, graças à minha participação em projetos de História da Educação e à minha experiência em sala de aula. Essas atividades me levaram a refletir sobre a importância da educação infantil em instituições educacionais sob uma perspectiva histórica, analisando as normativas dessas instituições. Durante minha atuação no

ensino privado, surgiram questionamentos sobre a realidade das crianças que, ao longo da história, não tiveram acesso a um ensino adequado devido a condições desfavoráveis.

Ao pesquisar instituições educativas no município de Belém que poderiam ser objeto de pesquisa historiográfica, busquei aquelas pouco exploradas academicamente, com o objetivo de oferecer ensino gratuito e que ainda estivessem ativas no contexto educacional de Belém. Foi assim que identifiquei o Preventório Santa Terezinha, uma instituição filantrópica e assistencialista localizada em Belém do Pará. A partir dessa identificação, estabeleci contato direto com a instituição, que me forneceu a autorização necessária para adentrar suas instalações e pesquisar documentos históricos.

Considero que conceitos fundamentais, como saúde e educação, estão intimamente ligados à história do Preventório Santa Terezinha. Por isso, considero importante explorar a história dessa instituição e o ensino que ela ofereceu. No estado do Pará, não há estudos disponíveis sobre essa instituição, que continua a integrar o contexto educacional de Belém até os dias atuais.

No âmbito acadêmico, investigar essa instituição é significativo porque permite refletir sobre os contextos sociais e os aspectos em que a sociedade da época estava inserida. Além disso, ajuda a compreender as dinâmicas sociais e políticas que influenciaram o modelo de educação do período. Estudar uma instituição educacional oferece oportunidades para produzir conhecimento original e contribui para o avanço da pesquisa na História da Educação, especialmente no campo da História das Instituições. Esse estudo pode fornecer uma base para futuras pesquisas e debates sobre o tema. A abordagem adotada neste trabalho também possibilita a análise das mudanças e continuidades na missão, visão e práticas educacionais da instituição ao longo de sua trajetória, revelando padrões e tendências significativas.

Estudar a história de uma instituição é vital para entender o desenvolvimento da educação, pois permite analisar como políticas educacionais, ideologias dominantes e eventos históricos influenciaram suas práticas e estruturas. A pesquisa histórica revela as transformações nos métodos de ensino, currículos e gestão escolar ao longo do tempo, além de ajudar a compreender os desafios enfrentados pela instituição, como questões de acesso à educação e a continuidade educacional,



frequentemente interrompida por doenças e tratamentos médicos. Além disso, investigar a história da instituição contribui para a preservação de seu legado e memória educacional, reconhecendo e valorizando suas contribuições para o avanço da educação na área onde estava situada.

Nessa perspectiva, reconheço o potencial do estudo da referida instituição com base nas fontes fornecidas pelos atuais dirigentes, analisando aspectos evidenciados na documentação histórica. Entre esses aspectos estão a relação entre educação básica e saúde, a noção de caridade e cuidado refletida nos documentos, e a concepção de educação oferecida às crianças no instituto. Outro ponto relevante é a continuidade da filantropia da instituição, que ainda persiste atualmente ao oferecer diversos serviços gratuitos para a população de baixa renda.

Quanto à sua estrutura física, o edifício atual é dividido em dois ambientes principais: no andar térreo funciona a Escola Estadual de Ensino Fundamental Preventório Santa Terezinha, e no andar superior, a instituição Preventório Santa Terezinha. Essa divisão foi estabelecida em 1988 através de um convênio firmado entre a responsável pela instituição, Sra. Juracy Magno, e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), por meio do Termo de Convênio nº 55/88.

De acordo com o site do Preventório, sua atuação é baseada em três eixos principais: educação, saúde e empreendedorismo. Na área da educação, oferecem aulas complementares para alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, incluindo “rodas de leitura, aulas de inglês e inclusão digital reforçando o conteúdo pedagógico com o uso de aplicativos lúdicos e educacionais que buscam motivar o aluno para além do ensino regular. Além disso, são ministradas oficinas de artes e canto coral” (Preventório Santa Terezinha, [2023]) como parte do programa pedagógico.

No viés da saúde, o Preventório, por meio de parcerias, oferece acompanhamento médico, odontológico, psicológico, fisioterápico e nutricional para as crianças e seus familiares. Na área de empreendedorismo, a instituição se dedica a fortalecer a economia das famílias, oferecendo oficinas e cursos rápidos de artesanato e acessibilidade digital, com o objetivo de complementar a capacitação e promover o desenvolvimento econômico das famílias.

Estes serviços são oferecidos prioritariamente às crianças que frequentam a Escola Preventório Santa Terezinha. De acordo com o site oficial, a criança que

frequenta a escola pela manhã “participa do projeto à tarde, e vice-versa, garantindo que as crianças passem o dia completo entre a escola e o projeto, mantendo-as longe das ruas.” Durante várias visitas ao local da pesquisa, tive a oportunidade de acompanhar de perto o trabalho dos profissionais da instituição, que sempre se mostraram solícitos com as famílias, as crianças e comigo, enquanto pesquisadora.

Os estudos sobre os Preventórios brasileiros são relativamente escassos no contexto de teses e dissertações. Uma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), predominantemente acessível na Plataforma Sucupira<sup>2</sup>, revelou que, ao buscar trabalhos científicos semelhantes utilizando os descritores “Preventório Santa Terezinha” e “Preventório”, foram identificadas algumas produções relacionadas s.

Um dos textos encontrados foi a dissertação de Cláudia Cristina dos Santos Silva (2009), intitulada “Crianças indesejadas: estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha 1930 - 1967”. Esta dissertação examina um Preventório com o mesmo nome do objeto de estudo deste trabalho, mas localizado em Carapicuíba, São Paulo. Nesse Preventório, estavam internadas crianças cujos pais eram portadores de hanseníase, uma doença que também teve um impacto significativo na sociedade no início do século XX, conhecida popularmente como lepra.

Na sua pesquisa, Silva (2009) utiliza uma variedade de fontes primárias, como registros médicos dos internos, correspondências, depoimentos de ex-internos, álbuns de fotografias e recortes de jornais e revistas. Ele adota uma abordagem de história oral, que enfatiza os desejos, emoções e reações das crianças internadas e agora ex-internas em relação à instituição. Além disso, examina os processos de aceitação ou resistência e a integração ou rejeição social. Essa metodologia é importante para reconstruir a vida cotidiana das crianças saudáveis de pais com hanseníase no Preventório Santa Terezinha.

Além dessa dissertação, encontrei o trabalho intitulado “Da significação dos filhos de Lázaro: um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-

---

<sup>2</sup> A Plataforma Sucupira é uma ferramenta de atualização e de compartilhamento de informações acadêmicas. O nome da Plataforma é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. Esse documento, hoje conhecido como Parecer Sucupira, conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje. Newton Lins Buarque Sucupira foi uma referência da educação brasileira. Ele nasceu em Alagoas em 9 de maio de 1920 e faleceu no Rio de Janeiro em 26 de agosto de 2007.

1950”, de Kalyna Ynanhiá Silva de Faria (2014). Este estudo examina o Preventório Educandário Afrânio de Azevedo como uma instituição voltada para o combate à lepra no Estado de Goiás. Faria (2014) investiga as políticas públicas de saúde e assistência voltadas ao desenvolvimento infantil dos internos do preventório, além de analisar a dinâmica da relação entre a sociedade e os doentes de lepra/hanseníase.

Embora tenha tido conhecimento da existência dos Livros de Atas de Entrada e Saída das crianças do Educandário Afrânio de Azevedo, Faria não teve acesso a essa documentação. Em vez disso, realizou visitas à Colônia e analisou reportagens de jornais e revistas da década de 1940 e 1950, complementando sua pesquisa com revisões bibliográficas e análise de registros visuais.

Outra pesquisa relevante é a tese de Sérgio Roberto Jorge Alves (2022), intitulada “A Educação dos Filhos de Lázaro: um estudo no Preventório Afrânio de Azevedo em Goiânia (1943-1986)”. Esta tese analisa o Preventório Afrânio de Azevedo, localizado em Goiânia-GO, durante o período de 1943 a 1986, quando os filhos sadios de portadores de hanseníase eram internados compulsoriamente. O estudo de Alves (2022) investiga os argumentos que sustentavam a importância do isolamento dos pais em colônias e a “prevenção” da transmissão da hanseníase para seus filhos nos preventórios.

Por fim, a dissertação de mestrado de Mônica Nardy Marzagão (2002), intitulada “A Institucionalização e a Educação das Crianças do Preventório Imaculada Conceição de Bragança Paulista (1912 a 1996)”, também foi encontrada. No entanto, este trabalho não está disponível na Plataforma Sucupira, pois foi publicado antes da criação da plataforma.

É importante também mencionar as teses e dissertações realizadas no estado do Pará que abordam temas relacionados a esta pesquisa, especificamente aquelas que investigam Preventórios, Educandários e outras instituições com caráter assistencialista e educativo.

Neste estudo, optamos por utilizar a abordagem de pesquisa conhecida como “estado do conhecimento”, pois ela pode representar uma contribuição fundamental para o desenvolvimento teórico de um campo de estudo. Essa abordagem visa identificar os principais avanços na construção da teoria e prática pedagógica, além de delimitar as limitações do campo de pesquisa, suas lacunas e áreas pouco exploradas. Ela também busca identificar experiências inovadoras que

ofereçam soluções alternativas para desafios práticos e reconhecer as contribuições da pesquisa na formulação de propostas concretas na área em questão, conforme afirmam Romanowski e Ens (2006)

Para realizar este levantamento, examinei as teses e dissertações disponíveis nos bancos de dados dos Programas de Pós-graduação em Educação do Pará, incluindo: o Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA), o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA) e o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFPA).

Quadro 1 – Teses e dissertações que abordam instituições com caráter assistencialista e educativo em Belém do Pará

| <b>Título</b>  | <b>Autor (a)</b>                 | <b>PPG</b>                                   | <b>Ano</b> | <b>Tipo</b> |
|--|----------------------------------|--|------------|-------------|
| O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na belém da belle époque.  | Andreson Carlos Elias Barbosa    | Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPA | 2011       | Dissertação |
| A assistência e a educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)  | Elianne Barreto Sabino           | Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPA | 2012       | Dissertação |
| Educação de meninas no Orphanato Paraense (1893-1910)  | Adriene Suellen Ferreira Pimenta | Programa de Pós-Graduação em Educação – UEPA | 2013       | Dissertação |
| A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará (1878 – 1888) | Benedito Gonçalves Costa         | Programa de Pós-Graduação em Educação – UEPA | 2014       | Dissertação |
| Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação: a formação de meninas para servir a deus, a família e ao lar – Ananindéua/PA (1949-1971)                           | Faneide Pinto França Bitencourt  | Programa de Pós-Graduação em Educação – UEPA | 2016       | Dissertação |
| Infância, crianças e   | Tatiana do Socorro               | Programa de Pós-                             | 2017       | Tese        |

|  |  |  |      |             |
|--|--|--|------|-------------|
| experiências educativas no educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980)  | Corrêa Pacheco                             | Graduação em Educação – UFPA                 |      |             |
| O Instituto Orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913).     | Wellington da Costa Pinheiro               | Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPA | 2017 | Tese        |
| Instituto Santa Catarina de Sena: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903-1960)                             | Camilla Vanessa Chagas Peixoto de Oliveira | Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPA | 2017 | Dissertação |
| Memorial da ilha da redenção: o Educandário Nogueira de Faria e a ilha de Cotijuba (1932-1976)   | Kid Nazareno Da Costa Quaresma             | Programa de Pós-Graduação em Educação – UEPA | 2017 | Dissertação |
| História da fundação Pestalozzi do Pará (1953-1975): os discursos político-social e educacional na assistência à criança excepcional   | Cibele Braga Ferreira                      | Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPA | 2018 | Tese        |
| Instituto Santo Antônio do Prata (1898-1921): missionários capuchinhos e a educação de meninas índias no município de Igarapé-Açú/PA   | Gercina Ferreira Da Silva                  | Programa de Pós-Graduação em Educação – UEPA | 2019 | Dissertação |
| Práticas educativas das congregações Filhas de Sant'ana e irmãs de santa doroteia na formação de mulheres em Belém Do Pará (1906-1927) | Tayana Helena Cunha Silva                  | Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPA | 2020 | Dissertação |
| A educação dos corpos de meninos desvalidos no Instituto Lauro Sodré no Pará Republicano (1890-1920).                                  | Iviny Cristina Aguiar da Silva             | Programa de Pós-Graduação em Educação – UEPA | 2022 | Tese        |

Fonte: Adaptado dos sites oficiais dos programas de pós-graduação da UFPA e UEPA (2023).

Conforme evidenciado no Quadro 1, a pesquisa realizada em teses e

dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Belém revelou que nenhum dos trabalhos teve como objeto o Preventório Santa Terezinha. No entanto, os estudos identificados abordam instituições com características semelhantes às do Preventório.

O levantamento revelou um total de 13 trabalhos relacionados a instituições semelhantes ao Preventório. Desses, 7 são do PPGED/UFPA, 6 são do PPGED/UEPA, e nenhum foi encontrado no banco de teses e dissertações do PPEB/UFPA. Essa ausência de trabalhos no PPEB/UFPA pode indicar uma lacuna na literatura existente sobre o tema, destacando a importância de aprofundar os estudos sobre o Preventório Santa Terezinha.

As teses e dissertações sobre instituições e suas histórias abordam uma ampla gama de tópicos, que variam desde análises detalhadas de instituições específicas até estudos sobre a educação oferecida a crianças, meninas e órfãos ao longo do tempo. Esses trabalhos investigam a evolução, estrutura, funcionamento, impacto e papel das instituições em diferentes sociedades e comunidades. Muitas dessas pesquisas buscam entender como as instituições surgem, se transformam, persistem ou entram em declínio.

Esses trabalhos investigam como as instituições educativas refletem e influenciam valores culturais, ideologias políticas e aspirações sociais. Eles analisam o papel dessas instituições na reprodução ou transformação de desigualdades sociais, econômicas e de gênero, além de explorar como lidam com questões como acesso à educação, inclusão de minorias e diversidade cultural.

Dessa forma, esses estudos contribuíram para a compreensão dos conceitos fundamentais e dos métodos de pesquisa adotados por outros estudiosos na área. Esta etapa é essencial no processo de pesquisa, pois ajudou a mapear o panorama atual do conhecimento sobre instituições com caráter educativo e assistencialista no Estado do Pará.

Entre as produções elencadas, destacarei aquelas que mais contribuíram para a construção da minha pesquisa. Nesse contexto, o trabalho de Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco, que foca na trajetória da infância e nas experiências educacionais de crianças institucionalizadas devido às políticas públicas de isolamento compulsório no Brasil, merece atenção. Este estudo oferece uma reflexão valiosa sobre as políticas públicas de assistência à infância, os direitos das

crianças e os modelos educativos da época, além de resgatar as experiências daqueles que vivenciaram essas realidades institucionais.

O próximo trabalho a ser destacado é o de Wellington Pinheiro, que investigou o Instituto Orfanológico do Outeiro. Durante o período de grande prosperidade econômica na região amazônica, impulsionada pela indústria da borracha, os líderes políticos Antônio Lemos e Augusto Montenegro fundaram o instituto com o objetivo de acolher meninos órfãos e desamparados, com idades entre cinco e doze anos, em Belém. A pesquisa de Pinheiro oferece insights valiosos sobre a história da assistência social e da infância na região amazônica durante o auge da indústria da borracha.

Em sequência, a pesquisa conduzida por Iviny Cristina concentrou-se na análise da educação corporal oferecida a meninos desamparados e órfãos internados no Instituto Lauro Sodré entre 1890 e 1920. O estudo teve como objetivos principais a caracterização da organização arquitetônica da instituição e sua influência na formação física dos alunos. Através dessa abordagem, a pesquisa de Iviny Cristina oferece contribuições significativas para a compreensão da educação e do desenvolvimento das crianças em situação de vulnerabilidade durante o período em questão.

Por fim, destaco o estudo de Gercina Ferreira, intitulado "Instituto do Prata (1898-1921): missionários capuchinhos e a educação de meninas índias no município de Igarapé-Açú/PA". O objetivo principal do trabalho é analisar o processo educativo das meninas indígenas no Instituto do Prata, localizado em Igarapé-Açú/PA, entre 1898 e 1920. A pesquisa revela que o Instituto funcionava como um internato para meninos e meninas indígenas, órfãos desfavorecidos e jovens infratores, oferecendo instrução e educação fundamentadas em princípios seculares e religiosos.

Considerando o levantamento das produções mencionadas e visando esclarecer o ensino oferecido pelo Preventório às crianças filhas de pais tuberculosos, utilizamos a pesquisa documental. De acordo com Rodrigues e França (2010, p. 55), "[...] a pesquisa documental utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem passar por novas análises de acordo com os objetivos".

Entendemos que, ao analisar e interpretar um documento ou fonte histórica,

é essencial que o pesquisador identifique os objetivos do autor do documento, indo além do que está escrito. Para isso, é fundamental utilizar o levantamento bibliográfico como suporte para a análise das fontes documentais coletadas. Nesse processo, relacionamos os resultados obtidos com textos de outros autores para aprimorar nossas inferências sobre a história das instituições, a concepção educacional e o ensino na instituição selecionada.

Com base nas afirmações de Barros (2012), os documentos analisados podem ser classificados como fontes indiretas. Segundo Barros (2012, p. 134), uma fonte em "posição indireta" é aquela que integra uma cadeia de documentos, relatos ou informações, funcionando como uma ponte entre o historiador e o documento original ou testemunho inicial, que pode ser o mais antigo disponível (Barros, 2012, p. 134).

Na concepção de Barros (2012), isso ocorre porque esses documentos frequentemente não são produzidos por indivíduos diretamente envolvidos nos eventos ou períodos em estudo, mas sim por instituições ou funcionários que compilam informações, análises ou relatos com base em outras fontes. Assim, esses documentos oferecem interpretações ou análises sobre eventos ou processos, mas não fornecem informações de primeira mão.

No caso do Preventório, o arquivo da instituição contém uma variedade de documentos, e ao visitar o local de pesquisa, observei que esses documentos não estavam categorizados. Muitos são de natureza administrativa e contábil, evidenciando a preocupação dos dirigentes em manter um registro claro de seus gastos. Para realizar a análise das fontes, procurei documentos que servissem como base para minha investigação e, com a ajuda de um funcionário da instituição, encontrei uma pasta com vários documentos sobre o Preventório. Contudo, esses documentos não estavam organizados cronologicamente ou por assunto. Portanto, realizei uma triagem, classificando os documentos por temas e datas, dando prioridade aos mais antigos e, principalmente, àqueles com conteúdo de caráter educacional.

Posteriormente, fui autorizada a adentrar no arquivo principal da instituição, onde encontrei uma vasta quantidade de documentos do Preventório. No entanto, a maioria desses documentos era de períodos mais recentes. Portanto, apliquei o mesmo critério anterior para selecionar e separar as fontes relevantes para a



elaboração da pesquisa.

Algumas fontes foram localizadas tanto no arquivo físico do Preventório Santa Terezinha quanto em seu site, incluindo o Regimento e o Estatuto da instituição. O Quadro 2 apresenta uma síntese dessas fontes.

Quadro 2 – Fontes catalogadas

| <b>Fontes Históricas</b>                         | <b>Datas</b> | <b>Síntese dos Assuntos</b>   |
|--|--------------|---|
| Regimento Interno do Preventório Santa Terezinha | 1954         | Documento que determina as normas para os alunos e funcionários da instituição.                               |
| Atestado de Imunização contra Poliomielite       | 1958         | Documento para a comprovação de imunização dos internos.  |
| Ficha dos alunos internos                        | 1961         | Documento que continha algumas informações dos internos.  |
| Guia de Remessa de Gêneros Alimentícios          | 1963         | Documento utilizado no Brasil para o transporte de alimentos destinados à merenda escolar.                    |
| Estatutos do Preventório Santa Terezinha         | 1965         | Documento que apresenta a estrutura de funcionamento da instituição.  |
| Termo de Convênio nº 55/58                       | 1988         | Documento que estabelece o convênio entre a Secretaria de Estado de Educação e o Preventório Santa Terezinha. |

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao iniciar a análise de documentos, é fundamental considerar o conceito de que “o documento é monumento”, ou seja, ele “[...] resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — uma determinada imagem de si mesmas” (Le Goff, 1996, p. 538). Assim, torna-se evidente a complexidade de se analisar um documento além de sua aparência superficial.

Para realizar a análise das fontes, foi conduzida uma pesquisa histórico-documental, recorrendo às contribuições de Barros (2012) no campo da pesquisa histórico-documental. Segundo Barros, uma fonte histórica é “[...] tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano” (Barros, 2012, p. 130). Portanto, a pesquisa histórico-documental pode envolver o uso de várias fontes para construir uma narrativa coerente e abrangente, conforme destacado pelo autor:

[...] são fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano [...] (Barros, 2012, p. 130).

Barros (2012, p. 140) afirma que “uma fonte histórica pode ser produzida voluntariamente ou involuntariamente. Há implicações em uma ou outra dessas situações [...]”, ressaltando que, na criação e divulgação de uma fonte, sempre há uma intencionalidade subjacente, geralmente ligada à posição ideológica dos autores. Para esclarecer este aspecto, o autor acrescenta que:

Um decreto real, uma correspondência, uma crônica, visam a produzir determinados efeitos sobre aqueles a quem se destina o texto, particularmente no que se refere ao tema central do texto. Nada impede, também, como já vimos nos exemplos mais acima, que um diário ou uma hagiografia transmita involuntariamente certas informações sobre a cultura material, a indumentária, as práticas simbólicas, ou outras instâncias. Mesmo a fonte produzida voluntariamente, visando determinado fim, apresenta traços involuntários com relação a informações literais: algo que escapa, por assim dizer (Barros, 2012, p. 141).

Isso destaca a importância da seleção criteriosa das fontes na pesquisa histórica. Envolve uma avaliação crítica que considera a autenticidade, o contexto de

produção, possíveis vieses e a confiabilidade das fontes. É essencial levar em conta o período de tempo e o contexto político, social, cultural e econômico em que as fontes foram criadas para interpretá-las de maneira adequada.

Além disso, Barros (2012, p. 156) aponta que houve uma “revolução documental” impulsionada por novos setores historiográficos, como a Escola dos Annales, que deu maior ênfase às fontes não-intencionais ou involuntárias. Segundo ele, “[...] o programa dos Annales também abrangia a exploração de outros tipos de fontes, como as fontes iconográficas e as fontes da cultura material”.

De acordo com Barros (2012, p. 149), existem diferentes tipos de fontes, sendo útil distinguir entre “fontes manuscritas” e “fontes impressas”, já que cada forma de registro apresenta suas próprias características e desafios. Em relação às fontes impressas, que são o foco desta pesquisa, ele observa que:

[...] A fonte impressa, portanto, oculta, muitas vezes, uma matriz manuscrita ou uma primeira matriz também impressa. Isso significa que a sua reprodução, fazendo-a passar para um novo “suporte”, atravessa todo um processo gráfico intermediário que, muitas vezes, tem de ser precedido por análises paleográficas (para o caso de documentação de períodos mais remotos) e eventuais traduções e tratamentos especializados ao nível dos saberes linguísticos. Ou seja, entre o historiador e seu documento primitivo coloca-se, nesse caso, toda uma série de eventos intermediários para a qual devemos estar atentos (Barros, 2012, p. 150).

Portanto, é fundamental compreender o contexto em que o documento foi produzido, pois isso influencia a análise que será feita dele. Barros (2012) também destaca outros fatores a serem considerados ao estudar uma fonte, como a distinção entre fontes públicas e privadas. A finalidade de uma fonte pode variar conforme seu público-alvo; por exemplo, “o ‘documento público’ pode ter finalidades de transmitir uma informação à coletividade (um decreto real, uma carta constitucional) ou comunicar algo a um particular (uma notificação judicial)” (Barros, 2012, p. 151).

Diante do exposto, concluímos que, para compreender a estrutura do Preventório por meio de suas normas, é essencial realizar uma investigação bibliográfica juntamente com uma pesquisa histórica fundamentada em documentos. Como observa Bloch (2001, p. 67-68), a história é “uma ciência dos homens no tempo e que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos. [...] Uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados também, pela natureza própria de seus métodos”.

Como já discutido, as principais fontes desta investigação foram os registros documentais mantidos pela instituição em estudo, selecionados especificamente para responder às questões formuladas neste trabalho. Nesse contexto, Bloch (2001, p. 82) afirma que:

Reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato, ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos [...].

Tal afirmação ressalta a complexidade enfrentada pelos historiadores ao reunir os documentos essenciais para suas pesquisas. De fato, sem o auxílio de ferramentas como inventários de arquivos, catálogos de bibliotecas e repertórios bibliográficos, a tarefa de localizar e organizar essas fontes seria praticamente impossível.

Esses recursos são fundamentais não apenas para a localização dos documentos relevantes, mas também para assegurar que a pesquisa seja bem-sucedida, fundamentada em fontes que forneçam as informações necessárias para a análise do tema em questão. Assim, a capacidade de acessar e utilizar esses guias é fundamental para o êxito de qualquer estudo histórico detalhado e crítico.

Além disso, Bloch (2001) propõe que a análise histórica seja organizada cronologicamente: “Na medida em que nos limitamos a estudar, no tempo, cadeias de fenômenos aparentados, o problema é, em suma, simples. É a esses próprios fenômenos que convém solicitar seus próprios períodos.” (Bloch, 2001, p.150).

Após identificar as fontes documentais relevantes para esclarecer o objeto de estudo – neste caso, a estrutura do Preventório Santa Terezinha – o historiador deve conduzir uma análise crítica desses documentos e questioná-los ao longo do estudo. Esse método busca alcançar a máxima precisão na reconstrução dos eventos descritos. No entanto, é importante destacar que, como Bloch (2001, p. 89) alerta, “[...] há muito tempo somos advertidos a não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos [...]” (Bloch, 2001, p. 89).

Para a construção de nossa análise, utilizamos textos que abordam o conceito de poder disciplinar, inspirado nas ideias de Michel Foucault sobre dinâmicas de poder. Considerando que o poder não está centralizado em um único local ou indivíduo, mas emerge das interações sociais, e que o poder disciplinar

serve para moldar os indivíduos, analisamos as fontes disponíveis à luz dos conceitos fundamentais do poder disciplinar propostos por Foucault, aplicando-os ao contexto educacional.

Feitas estas considerações, aprofundamos nossa investigação para responder à seguinte pergunta: como funcionava a organização educacional do Preventório de Santa Terezinha no período de 1948 a 1965, a partir de suas normativas?

Para alcançar nosso objetivo, estabelecemos o seguinte objetivo geral: analisar o processo de organização do Preventório Santa Terezinha a partir de suas normativas no período de 1948 a 1965. Os objetivos específicos são: a) Explicar a organização do Preventório Santa Terezinha como instituição nesse período, com base em suas normativas; b) Identificar a visão higienista presente nas normativas do Preventório; c) Compreender a concepção de educação expressa nas normativas do Preventório.

Para uma melhor compreensão da organização do Preventório Santa Terezinha, apresentaremos três seções estruturadas da seguinte forma: na primeira seção, intitulada Introdução, abordamos as motivações do estudo, o objeto de pesquisa, a problematização, os objetivos gerais e específicos, e a metodologia empregada.

Na segunda seção, faremos uma abordagem sobre a história das instituições, temática que norteia esta pesquisa, incluindo uma breve análise das obras de autores que se dedicaram ao estudo desse tópico específico.

Na terceira seção “História e organização do Preventório Santa Terezinha” explicitaremos a história deste instituto e como era a estrutura e o modo de organização da instituição, considerando o Estatuto e o Regimento da Instituição. Na quarta seção, iremos abordar como funcionava o ensino da instituição e como ele era oferecido às crianças internas do Preventório. Para encerrar, exponho as considerações finais elaboradas e avaliadas durante esta investigação.

Essa estrutura permitirá uma análise mais detalhada do papel do Preventório Santa Terezinha no contexto educacional, contribuindo para a compreensão de sua organização no período de 1948 a 1965.

## **2 SOBRE A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS E O ATENDIMENTO E ÀSSISTÊNCIA A INFÂNCIA BRASILEIRA**

### **2.1 Perspectivas sobre a história das instituições**

No que diz respeito à história das instituições, tema desta dissertação, os autores Nosella e Buffa (2006) apresentam suas perspectivas sobre a História das Instituições, destacando que as pesquisas sobre instituições escolares começaram a se desenvolver principalmente nos anos 90. Esse crescimento se deu pelo fato de que, por volta desse período, os cursos de pós-graduação se consolidaram e começaram a explorar um novo caminho na História da Educação, focando especificamente em instituições educativas.

Sanfelice (2008, p. 13), ao pesquisar essa temática, considera que:

[...] o estudo de um objeto singular; que o estudo de um objeto singular não está interdito ao pesquisador que deseja se comprometer com uma visão de totalidade histórica, e que o estudo de um objeto singular pode ser também a opção por uma postura epistemológica fragmentada.

A postura epistemológica fragmentada mencionada por ele é, na verdade, um pluralismo epistemológico e temático adotado pelos autores, que passaram a dar mais espaço aos estudos de objetos singulares, ampliando as linhas de investigação. Sanfelice (2008) corrobora a ideia de que “[...] a história de cada instituição escolar pode ser escrita, narrada, apresentada em múltiplos e infinitos detalhes que são, muitas vezes, interessantíssimos e/ou curiosos” (Sanfelice, 2008, p. 15). Ao pesquisar uma instituição, nos deparamos com anos de história, repletos de pormenores que exigem cuidado e minúcia no estudo.

O autor complementa essa ideia ao afirmar que:

Após o exaustivo levantamento e apresentação dos dados empíricos de um objeto singular – a instituição escolar – é ainda necessário explicitar suas múltiplas relações com o contexto. Repito: um contexto social, político, cultural e econômico, entre outros (Sanfelice, 2008, p. 15).

Em vista disso, podemos perceber que é necessário validar e incluir o contexto em que a instituição está inserida, seja ele político, cultural, social e/ou

econômico. É fundamental analisar a instituição não de forma isolada, mas dentro de um cenário onde diversos fatores podem influenciar sua rotina, já que ela não é uma entidade separada da realidade social, mas sim um produto de determinações exteriores. As instituições escolares são constituídas a partir da história dos homens no processo de produção da vida social. Sanfelice (2007, pp. 78-79) afirma que “as instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional”.

Os referenciais utilizados para a análise, visando dialogar com as fontes, baseiam-se nas contribuições de Justino Magalhães (1996, 2004, 2005). Estas obras fundamentam a abordagem da história das instituições, uma vez que a pesquisa sobre essa temática se insere entre as novas abordagens desenvolvidas no campo da história da educação nas últimas décadas do século XX. Originada na Europa, a pesquisa sobre a História das Instituições se disseminou por várias partes do mundo. Magalhães (1996, p. 1), teórico dessa nova perspectiva sobre a história das instituições, defende que:

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. Uma renovação onde novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma abordagem que permite a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas (Magalhães, 1996, p. 1).

Ainda no contexto da história das instituições escolares, Magalhães (2005, p. 98) afirma que:

[...] é um domínio do conhecimento em renovação e em construção a partir de novas fontes de informação, de uma especificidade teórico-metodológica e de um alargamento do quadro de análise da história da educação, conciliando e integrando os planos macro, meso e micro. É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar.

As perspectivas mencionadas por Magalhães distinguem entre a visão macro, que aborda as instituições em um sentido amplo, e a visão micro, que foca na construção específica das instituições e dos indivíduos envolvidos. Essa abordagem integrada permite analisar as instituições tanto em termos gerais quanto particulares, oferecendo novas possibilidades de compreensão.

Isso destaca a importância de analisar instituições semelhantes ao Preventório, pois entender a história dessas instituições auxilia na contextualização de suas origens, desenvolvimento e mudanças ao longo do tempo. Essa abordagem proporciona uma visão mais clara sobre as raízes históricas das práticas, políticas e estruturas institucionais vigentes.

O termo "congêneres" refere-se a instituições que compartilham características similares ou pertencem à mesma categoria ou grupo. Em outras palavras, ele destaca a afinidade ou semelhança significativa entre as instituições mencionadas, evidenciando suas similaridades.

Ademais, ao analisar a história de instituições congêneres, é possível identificar padrões e tendências recorrentes que influenciaram sua evolução. Isso pode abranger transformações nas missões institucionais, nas abordagens pedagógicas, nas políticas educacionais e nas relações com a comunidade ao longo do tempo.

Estudar instituições congêneres sob uma perspectiva histórica permite investigar como seus contextos moldaram suas práticas e, simultaneamente, como essas instituições influenciaram a sociedade e a cultura ao longo do tempo. A história das instituições frequentemente deixa um legado que afeta as práticas e estruturas atuais, incluindo tradições, políticas e desafios persistentes. Compreender esse legado é necessário para enfrentar desafios presentes e planejar o futuro. Além disso, analisar a história dessas instituições proporciona a oportunidade de aprender com os sucessos e fracassos passados, identificando estratégias eficazes e evitando erros, o que pode aprimorar as decisões e práticas atuais.

Nesse sentido, uma compreensão profunda da história das instituições é essencial para equilibrar continuidade e mudança, preservando aspectos valiosos do legado institucional enquanto se adapta a novos desafios e oportunidades em um mundo em constante transformação. De acordo com Pacheco (2017), havia outras instituições que integravam uma rede com o objetivo de isolar os adoentados. Para ilustrar essas conexões, o Quadro 3 apresenta as instituições congêneres ao Preventório em períodos aproximados.

Quadro 3 – Instituições Congêneres ao Preventório Santa Terezinha

| Instituição | Sobre a Instituição | Período |
|-------------|---------------------|---------|
|-------------|---------------------|---------|



|                                   |   |             |
|-----------------------------------|---|-------------|
| Leprosário do Tucunduba.          | Instituição destinada ao tratamento e isolamento de pessoas afetadas pela hanseníase, conhecida como lepra.   | 1815 – 1938 |
| Instituto Santo Antônio do Prata  | Internato criado sob a direção de frades capuchinhos para atender meninos e meninas indígenas em Igarapé-Açu / PA   | 1898 – 1921 |
| Instituto Orfanológico do Outeiro | uma instituição criada em Belém, Pará, Brasil, destinada ao acolhimento e cuidado de órfãos e crianças em situação de vulnerabilidade   | 1903        |
| Educandário Eunice Weaver         | Foi uma instituição de ensino e assistência social localizada em Belém, no estado do Pará, Brasil. Fundado com o objetivo de oferecer educação e cuidados para crianças em situação de vulnerabilidade.                   | 1930        |
| Asilo Santa Terezinha             | Instituição dedicada ao acolhimento e cuidado de idosos em situação de vulnerabilidade  | 1931        |
| Colônia de Marituba               | Foi uma instituição localizada no município de Marituba, próximo a Belém do Pará, Brasil. Foi criada como parte das políticas de isolamento e tratamento da hanseníase, também conhecida como lepra, durante o século XX. | 1942        |

Fonte: Pacheco (2017).

A autora Pacheco (2017, p. 62) afirma que:

Constituíram a rede institucional de isolamento de doentes de hanseníase e de seus filhos, o leprosário de Tucunduba inaugurado em 1815 (desativado em 1938), a Colônia do Prata no município de Igarapé-Açu, inaugurada em 24 de junho de 1924 e, a Colônia de Marituba inaugurada em 1942, todos para atender as pessoas atingidas pela hanseníase. Além desses espaços foi criado o Asilo Santa Terezinha em 1931, com a finalidade de atender as crianças filhas de hansenianos que, posteriormente, foi substituído pelo Educandário Eunice Weaver inaugurado em 1942, que acolheu filhos de hansenianos até a década de 1980.

Essa a afirmação evidencia um histórico de isolamento e estigmatização das pessoas afetadas pela hanseníase ao longo dos séculos. Quase todas as instituições mencionadas não apenas isolavam os doentes, mas também perpetuavam o estigma associado à doença.

Para uma compreensão mais ampla da instituição, Magalhães (1996, p. 2) afirma que:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.

Dessa forma, o Preventório Santa Terezinha pode ser entendido como uma instituição com um caráter educativo, cujas memórias podem oferecer uma interpretação valiosa. Além disso, a instituição desenvolveu uma identidade e características próprias que foram cruciais para atender às necessidades de parte da população de Belém. Para entender a identidade histórica do Preventório Santa Terezinha no contexto político e educacional da época, é essencial analisar suas memórias, como fotografias, e dedicar atenção ao arquivo da instituição. Isso permitirá obter uma visão abrangente de seu processo de consolidação.

A história de uma instituição educativa inicia-se pela reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica. Esta identidade implica ainda, para além da internalidade, a inscrição num quadro sociocultural e educacional mais amplo, constituído pela rede de instituições congêneres e pelo sistema educativo. Tais operações são possíveis a partir de uma representação sintética, organizativa e funcional da instituição, ou seja, com base no seu modelo pedagógico (Magalhães, 2005, p. 147).

Nesse âmbito, Magalhães (2005) destaca que a história de uma instituição educativa se inicia com a análise de seus registros, memórias e arquivos, que fundamentam sua identidade histórica. Essa identidade não se limita à própria instituição, mas também abrange sua inserção em um contexto sociocultural e educacional mais amplo, interagindo com outras instituições similares e com o sistema educativo como um todo. Essa abordagem é fundamental para compreender as características do Preventório Santa Terezinha.

## **2.2 Breve trajetória do atendimento à infância em instituições educativas do Brasil e de Belém do Pará**

Abordar a história da infância em um estudo sobre a trajetória de uma instituição educativa é importante por diversas razões. A infância representa uma fase determinante no desenvolvimento humano e tem sido influenciada por diferentes contextos sociais, culturais e políticos ao longo do tempo.

A história da infância está intrinsecamente ligada à História da Educação. Ao estudar como a infância foi percebida e educada ao longo dos anos, podemos obter uma compreensão mais aprofundada das transformações nos sistemas educacionais, dos objetivos pedagógicos e das estratégias adotadas pela instituição ao longo de sua evolução.

As atitudes em relação à infância e à educação infantil são um reflexo das normas culturais e sociais de sua época. Investigar como uma instituição educativa abordou a infância ao longo do tempo pode desvendar tendências sociais mais amplas, como mudanças nas concepções de família, papéis de gênero, imigração e urbanização.

As políticas governamentais e as ideologias educacionais exercem uma influência profunda sobre a concepção e o tratamento da infância na sociedade. Ao investigar a história da infância dentro de uma instituição educativa, podemos analisar como as políticas públicas e as crenças pedagógicas moldaram as práticas educacionais ao longo dos anos.

Estudar a história da infância em uma instituição educativa possibilita ouvir as experiências e perspectivas das crianças ao longo do tempo. Isso abrange aspectos como o currículo escolar, as condições físicas das escolas, as relações entre professores e alunos, e as oportunidades de participação das crianças na vida escolar e na comunidade.

Ademais, a análise da história da infância pode revelar disparidades e desigualdades na experiência educacional relacionadas a raça, classe social, gênero, habilidades e outras identidades. Esse entendimento pode contribuir para a conscientização sobre questões de justiça social e estimular ações em prol de uma educação mais equitativa e inclusiva.

Compreender a evolução das práticas educacionais ao longo do tempo nos possibilita contextualizar as abordagens educacionais atuais. Reconhecendo as origens históricas das políticas e práticas contemporâneas, podemos avaliar seu impacto e eficácia de maneira crítica e identificar áreas para aprimoramento e

inovação.

Em suma, examinar a história da infância em uma instituição educativa proporciona uma valiosa oportunidade para investigar diversas questões interligadas relacionadas à educação, sociedade e cultura, enriquecendo a compreensão do papel da instituição na formação e na vida das crianças ao longo do tempo.

Para compreender melhor o tema, é fundamental analisar a trajetória histórica da educação no Brasil, especialmente no que diz respeito à educação infantil e à educação para crianças. Conforme Paschoal e Machado (2009, p. 82), “[...] as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa”. Em sequência, as autoras afirmam que:

[...] fatores como o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o número significativo de acidentes domésticos, fizeram com que alguns setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e educadores, comesçassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar (Paschoal; Machado, 2009, p. 82).

As autoras enfatizam que, ao longo da história, diversos arranjos foram implementados para atender às demandas relacionadas às crianças e à sua educação. Um desses arranjos foi a chamada "roda dos expostos", onde bebês eram deixados de forma anônima, preservando sua identidade.

[...] no tabuleiro pela mãe ou qualquer outra pessoa da família; essa, ao girar a roda, puxava uma corda para avisar a rodeira que um bebê acabava de ser abandonado, retirando-se do local e preservando sua identidade (Paschoal; Machado, 2009, p. 82).

Figura 1 – Roda dos Expostos



Fonte: Souza (2019).

Em contraste com a prática da "roda dos expostos", há registros de que:

as creches para crianças de 0 a 3 anos de idade foram a alternativa para que as mães não abandonassem mais suas crianças nas Casas dos Expostos, atitude comum nos séculos XVII e XVIII, sobretudo em virtude da situação de extrema pobreza e miséria de grande parcela da população (Kuhlmann Jr., 1998 *apud* Fonseca *et al.*, 2019).

Na Figura 1, é apresentada a prática da roda dos expostos. A imagem destaca a expressão melancólica da mulher – possivelmente a mãe – que segura o bebê nos braços.

Em levantamento realizado no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional revelou que a "roda dos expostos" também é mencionada em jornais do Estado do Pará, conforme evidenciado pelo recorte de uma matéria jornalística:

Figura 2 – Roda de expostos no Diário de Belém

O criminoso é Manoel Salvador de Pinho, marce-  
neiro, casado, e morador no Covello, e a victima uma  
sua filha natural, Maria Rosa, costureira.  
O miseravel tivera aquella filha, ha vinte e um an-  
nos, de uns amores illicitos, deitando-a por essa occa-  
são á **roda dos expostos**. Passados dois annos foi a  
creança reclamada pela mãe.  
O pae casou depois com outra mulher, mas a filha  
ficou a viver com elle.  
Foi crescendo a rapariga e com os annos tornou-se  
formosa. O monstro principiou então a ver n'ella a  
mulher e a não ter em nenhuma conta os laços de san-  
gue, e tanto fez, que a inexperiente foi atirada para o  
abysmo da deshonra pelo miseravel que não respeitou  
nem a virtude da filha nem o lar conjugal. Um scele-  
rado!

Fonte: Jornal Diário de Belém. Folha Política, Noticiosa e  
Commercial (PA) (1882).

De acordo com Paschoal e Machado (2009, p. 83), várias tendências orientaram a criação de creches e jardins de infância, incluindo as seguintes:

[...] a jurídico-policial, que defendia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, ambas tinham a intenção de combater o alto índice de mortalidade infantil tanto no interior da família como nas instituições de atendimento à infância.

No contexto da instituição analisada nesta pesquisa, observa-se que ela se insere nas tendências médico-higienista e religiosa. A tendência médico-higienista visava proteger a saúde das crianças expostas ao risco de tuberculose, enquanto a tendência religiosa estava fundamentada nos valores e preceitos da religião católica, já que a instituição era dirigida por religiosas.

Sobre a tendência médico-higienista, Viana (2015, p. 17) afirma:

A teoria decolonial auxilia a compreender a forma sutil com que a concepção eurocêntrica, particularmente a médico-higiênica, foi construída e propagada entre os povos colonizados, especificamente entre a

população das nações latino-americanas, com o intuito de colonizar mentes, sentidos e corpos.

Essa teoria sugere que a disseminação não se restringiu à imposição de estruturas políticas e econômicas, mas também buscou colonizar as mentes, os sentidos e os corpos das populações locais. Assim, o colonialismo se estende além da dominação física e territorial, alcançando a esfera cultural e subjetiva das sociedades colonizadas.

De acordo com Viana (2015), o higienismo se divide em três correntes: eugênica, ufanista e intervencionista. A corrente eugênica concentra-se na criação de uma linhagem superior com base em aspectos biológicos. A corrente ufanista, por sua vez, é marcada por um forte nacionalismo. Por fim, o higienismo intervencionista surge ao questionar as políticas governamentais em relação aos desafios de saúde enfrentados pela população.

Conforme destacado por Viana (2015), o higienismo se manifestou em três correntes distintas ao longo do tempo. A corrente eugênica visava a criação de uma linhagem humana superior, baseada em características biológicas específicas, e buscava promover a seleção e o aprimoramento genético da população para a melhoria da raça. Em contraste, a corrente ufanista era marcada por um nacionalismo intenso, destacando um orgulho patriótico exaltado em relação à nação.

Nesse contexto, a ênfase recaía sobre a exaltação das virtudes e características consideradas distintivas do grupo nacional, frequentemente acompanhada de uma visão idealizada da própria nação. Por fim, surgiu o higienismo intervencionista, que se destacou por criticar as políticas governamentais relacionadas aos desafios de saúde enfrentados pela população. Essa corrente defendia intervenções diretas e ativas do Estado em questões de saúde pública, como saneamento básico, vacinação e controle de epidemias.

No contexto do Preventório, observa-se uma conexão com os princípios do higienismo intervencionista, refletida nas características da instituição. O Preventório, dedicado ao isolamento e cuidado de crianças em situação de vulnerabilidade, operava em um ambiente onde a saúde pública e o controle de doenças eram preocupações primordiais.

Conforme afirmam Marcílio (1997) e Venâncio (1999), a história da

institucionalização da assistência à infância no Brasil pode ser subdividida em três fases distintas: a fase caritativa, seguida pela fase filantrópica e, por último, a fase de bem-estar social.

Ao longo da história brasileira, a assistência a crianças desvalidas foi mediada por instituições como asilos e internatos, que surgiram tanto como medidas de proteção social quanto de controle. Desde o século XIX, crianças das camadas mais pobres da população eram frequentemente vistas sob estereótipos de "arruaceiros" e "delinquentes", representações que reforçavam a necessidade de confinamento e reeducação desses menores em espaços institucionalizados. Essas instituições combinavam um modelo básico de ensino com treinamento profissional, buscando transformar essas crianças em mão de obra disciplinada e barata. A ideia subjacente era a de que, ao serem educados e treinados nesses moldes, poderiam se tornar "úteis a si e à pátria", conforme descrevem Gondra e Schueler (2008).

A criação dessas instituições de assistência e educação, como os asilos e colégios, foi promovida por uma variedade de entidades e grupos: Igreja, Estado, associações caritativas, espíritas e outros segmentos da sociedade. Esses internatos serviam para separar e moldar aqueles que, por viverem à margem da sociedade, precisavam de correção e educação para cumprir os papéis sociais de acordo com os padrões estabelecidos pela elite. Assim, a assistência não só supria as necessidades dos mais necessitados, mas também reforçava as normas de conduta desejadas pela sociedade da época.

Com o avanço do século XIX e o início do XX, o olhar sobre a assistência infantil começou a se transformar, com uma transição da caridade para a filantropia institucionalizada. A Igreja havia sido a principal responsável pelo cuidado dos menores, guiada pela compaixão e pelo sentimento de piedade. Porém, com a entrada do Estado na gestão da assistência, iniciou-se uma fase filantrópica. A "filantropia representaria a organização racional da assistência, em substituição à caridade, prática dominada pela emoção, por sentimento de simpatia e piedade" (KUHLMANN JR 1999, p.61). A citação de Kuhlmann Jr. reflete uma mudança na assistência social, onde a filantropia surge como uma prática racional e planejada, em contraste com a caridade, mais emocional e guiada pela piedade. Essa nova abordagem organiza a assistência de forma sistemática, tratando-a como responsabilidade pública e alinhando-a a objetivos sociais e econômicos. Com isso,



a assistência passa a ser um mecanismo não só de apoio, mas também de controle social, integrando os indivíduos às normas e exigências da sociedade de maneira estruturada e menos pessoal.

Nesse sentido, Alves (2015) descreve que a segunda fase, conhecida como filantropia, foi marcada pela intervenção limitada do Estado na organização do movimento assistencial. Durante esse período, as províncias do Império implementaram um novo modelo que incluía a oferta de instrução primária e profissional para meninos e meninas. Para a autora, é na fase filantrópica da institucionalização da assistência à infância que a saúde das crianças se tornou o principal foco das instituições de assistência.

O preventório insere-se na fase filantrópica da assistência à infância, quando a saúde das crianças tornou-se o foco principal das instituições assistenciais. Nesse contexto, os médicos desempenharam um papel fundamental como especialistas, dedicando-se ao combate da mortalidade infantil e aos cuidados das mães de família.

De acordo com Alves (2015, p. 36), no final do século XIX, os médicos higienistas foram:

[...] relevantes para o atendimento da infância com medidas que pretendiam diminuir a mortalidade infantil. Eles defendiam práticas educativas que tinham o intuito de salvar a criança com o conhecimento da ciência. A medicina higienista e filantrópica atuou, a partir de 1870, baseada em modelos de assistência à infância em fóruns nacionais e internacionais e ancorados no espírito nacionalista da época.

No entanto, durante a década de 1920, a mortalidade infantil continuava a ser um grave problema para a população. Em resposta, a ciência moderna passou a focar na “mortalidade de crianças, ao produzir estudos referentes às descobertas da origem de muitas doenças, assim como de métodos preventivos e medicamentos” (Alves, 2015, p. 41). Nesse cenário, surgiu uma crescente atenção voltada para a infância, reconhecendo-a como um elemento decisivo para o progresso e desenvolvimento do país.

A relação entre a educação e a saúde no Preventório está vinculada à doutrina higienista, conhecida como um “Movimento Sanitarista, que ganhou maior visibilidade a partir da proclamação da República, quando as maiores cidades do país passaram a vivenciar um processo mais intenso de industrialização e acelerada

urbanização” (Damasceno *et al.*, 2020, p. 5). Essa doutrina, que começou a emergir no final do século XIX e início do XX, inicialmente focava na saúde pública e, posteriormente, seus princípios passaram a influenciar também a educação (Damasceno *et al.*, 2020).

Neste contexto, as políticas sociais na área educacional, sob a supervisão do Estado ou de iniciativas religiosas, configuram-se como forças educativas (Gondra; Schueler, 2008). Os autores afirmam que:

o estatuto de “escolar” se encontra definido quando observamos os impedidos de matrícula: escravos, doentes contagiosos e não-vacinados. No primeiro caso, trata-se de uma medida que colabora para a manutenção do regime de trabalho escravo, impedindo que os submetidos a esta condição tivessem acesso a qualquer outro tipo de saber. Nos dois últimos, trata-se de uma política à qual a escola se vê associada, de prevenir e evitar a propagação de doenças, sobretudo em lugares em que se supunha contato direto e continuado em pequenos aglomerados. Portanto, a escola é convertida em lugar para livres e sãos, daí as exclusões previstas (Gondra; Schueler, 2008, p. 53-54).

Como mencionado, o processo educacional já incorporava práticas higienistas desde a matrícula dos alunos. Segundo Almeida (2020, p. 71), nesse contexto educacional no país:

[...] a infância pobre e desvalida ganhou centralidade, de modo que a fundação de escolas e de instituições educativas de assistência pode ser compreendida como estratégia adotada para organizar a sociedade brasileira em processo de formação e desenvolvimento e, ainda, para garantir a função higienista, disciplinar e civilizatória propulsivas por tais experiências.

A infância desvalida, como alvo das iniciativas educacionais, também era direcionada para a disciplina e a civilidade. Logo, “[...] as políticas de ‘assistencialismo’, de ‘tratamento’, de ‘cuidado’, de ‘formação’ como uma estratégia [...] de controle dos sujeitos a partir [...] da coação promovida por instituições públicas e/ou privadas” (Almeida, 2020, p. 71-72).

Essa infância ocupava os assentos do Preventório Santa Terezinha. Apesar das concepções educacionais distintas das referidas instituições, as práticas penetraram o espaço escolar e ajudaram a consolidar a ideia de que “o corpo e a sua educação mereciam atenções e cuidados especiais de todos aqueles que se preocupavam com a instrução pública” (Damasceno; Pantoja; Miranda, 2021, p. 12).

Embora essa visão higienista e sanitarista seja posterior ao período mencionado, seus preceitos ainda permeavam o Preventório. As “[...] práticas adentraram o espaço escolar e contribuíram para a consolidação da ideia de que ‘o corpo e a sua educação mereciam atenções e cuidados especiais de todos aqueles que se preocupavam com a instrução pública’” (Damasceno *et al.*, 2020, p. 12). De acordo com o autor, as questões inerentes aos princípios higienistas embutidos no espaço educacional de internatos paraenses eram a “[...] faixa etária, a postura corporal, a infraestrutura escolar, critérios para matrícula e atuação médica” (Damasceno *et al.*, 2020, p. 10).

No contexto do município de Belém, no Estado do Pará, a cidade se destaca no cenário brasileiro por ter sido o palco de diversas iniciativas filantrópicas e de assistência à infância. Ao longo do século XIX e início do século XX, foram criadas instituições de abrigo infantil, um período caracterizado pela influência da doutrina higienista (Alves, 2015).

De acordo com Kramer (1992), as concepções de infância que orientavam o atendimento à infância no Brasil variaram ao longo do tempo, refletindo tendências distintas em cada período histórico. No primeiro período, que vai desde o "descobrimento" até 1930, observa-se uma valorização gradual da infância e um reconhecimento crescente da necessidade de cuidados adequados. Entre 1930 e 1980, consolidam-se os esforços de assistência social e educacional voltados para a infância, com ênfase no "desenvolvimento nacional".

Nesse sentido, Azevedo e Sarat (2015) destacam que o processo de escolarização no Brasil ocorreu em meio a mudanças nos processos sociais e transformações nos arranjos familiares. Assim, não se caracterizou como um processo linear, livre de tensões ou conflitos entre diferentes grupos sociais. Para as autoras, esse processo teve um caráter civilizador, pois, no século XVIII, elevados índices de pobreza e condições de vida precárias predominavam. A educação, portanto, foi concebida como um fator de civilização, enfatizando a educação moral e as condições de governabilidade estabelecidas pelas autoridades da época.

De acordo com Marques, Pegoraro e Silva (2019, p. 262):

[...] Na década de 1940, houve uma ampliação de iniciativas governamentais de atendimento; entretanto, as creches ainda “eram planejadas como instituição de saúde” (OLIVEIRA, 2002a, p. 100), ou seja, voltadas aos cuidados relacionados à alimentação, à higiene e à segurança

física das crianças.

A partir disso, observa-se que as creches e pré-escolas surgiram em resposta às mudanças ocorridas em diversos contextos sociais, como os econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, a educação de crianças de 0 a 6 anos passou a estar profundamente ligada às questões históricas relacionadas à infância, à família, ao trabalho e às relações de produção.

Cabe salientar que, durante o período da pesquisa, a educação ainda era percebida através da perspectiva do assistencialismo. De acordo com Kuhlmann (2000), somente no final dos anos 1900, com as intensas transformações na educação brasileira, a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e outras legislações reconheceram que as creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos faziam parte do sistema educacional. Antes desse período, a educação infantil ainda não estava suficientemente institucionalizada e era predominantemente considerada de caráter assistencialista.

De acordo com Kuhlmann Junior (1998), uma das principais características da educação assistencialista era a baixa qualidade do atendimento, que visava oferecer uma educação mais moral do que intelectual, de forma que as crianças não refletissem criticamente sobre sua realidade e se sentissem resignadas em relação à sua condição social. Outra peculiaridade desse modelo era o isolamento das crianças para evitar a exposição a doenças transmissíveis. O Preventório Santa Terezinha exemplifica bem essa última característica.

Segundo o mesmo autor, essa abordagem educacional era marcada pela pedagogia da submissão, uma vez que “A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social” (Kuhlmann, 2000, p. 8). Além disso, é evidente que, naquela época, a educação estava profundamente vinculada à saúde, conforme observa-se:

[...] até meados da década de 1970, as instituições de educação infantil viveram um lento processo de expansão, parte ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional (Kuhlmann, 2000, p. 8).

Consoante a isto, segundo Pacheco (2019, p. 184):

O período de proliferação dos Educandários no Brasil se deu a partir da

década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, num tempo em que os esforços pelo progresso e civilização, recebiam forte influência do saber médico, orientados pelos princípios do higienismo e da eugenia; com propostas de renovação, desenvolvimento e progresso, baseadas na regeneração social, na defesa da pátria, por meio de ações sanitárias e do controle e vigilância dos sujeitos sociais. Num período em que as ações governamentais tiveram um forte caráter intervencionista e centralizador, tais princípios tornaram-se úteis para os processos de dominação e controle social.

Em vista disso, considero relevante fornecer uma visão mais detalhada sobre o período abordado nesta pesquisa. Para isso, recorro à análise de Golobovante, Melo e Damasceno (2023, p. 7), que afirmam:

a Constituição de 1946 estabeleceu no Brasil uma democracia-liberal, que, fugindo da descentralização política da Primeira República brasileira, conciliava-se com princípios importantes do período varguista, como o fortalecimento do poder executivo e a legislação corporativista. Concomitantemente ao estabelecimento da democracia-liberal, teremos no Brasil a consolidação da ideia e do projeto nacional desenvolvimentista.

Outros eventos relevantes a serem considerados incluem, por exemplo, o "debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que sucederia a Reforma Capanema do Estado Novo na regulação da educação no país" (Golobovante; Melo; Damasceno, 2023, p. 7). Durante a gestão de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde Pública (MESP), foram estabelecidas as leis orgânicas do ensino, conhecidas como Reforma Capanema (Saviani, 2008).

Para além dos cenários e acontecimentos nacionais, abordamos o contexto histórico mais amplo do Estado do Pará para situar o Preventório como instituição. De acordo com Golobovante, Melo e Damasceno (2023, p. 7):

[...] entre os anos de 1945 e 1964, o Pará vivenciou o antagonismo político em torno do controverso militar e político paraense Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Conhecido também como Barata, ele participou do movimento tenentista, foi interventor federal do Pará, nomeado por Getúlio Vargas em dois períodos, de 1930 a 1935 e de 1943 a 1945; também foi senador, entre 1946 e 1955, e governador eleito pelo voto popular, entre 1956 e 1959 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2010 *apud* Golobovante, Melo e Damasceno, 2023).

A partir disso, torna-se evidente a disputa de poderes, mesmo em nível local, e o âmbito educacional não foi exceção. Nesse contexto, essa disputa se

manifestava “[...] no que tange aos intelectuais que atuavam tanto no Colégio Paes de Carvalho quanto no Instituto Histórico e Geográfico do Pará.” (Golobovante; Melo; Damasceno, 2023, p. 7).

O recorte temporal da pesquisa, de 1948 a 1965, foi escolhido por abranger a fase de criação e os primeiros anos de desenvolvimento e consolidação da entidade como instituição. O período finaliza em 1965, momento em que a organização já havia estruturado suas práticas e consolidado seu papel social, permitindo uma análise mais precisa das mudanças e adaptações ocorridas ao longo desses primeiros anos. Assim, o recorte proporciona uma compreensão completa de sua trajetória inicial e dos principais fatores que contribuíram para seu estabelecimento.. Nesse contexto, o colégio apresentava um modelo educacional diferente do das escolas públicas tradicionais, operando no regime de internato. Seus objetivos eram especificamente voltados para o público-alvo, com ênfase na saúde das crianças, que era uma das diretrizes higienistas essenciais para a educação oferecida nesse estabelecimento

No processo de análise desta pesquisa, nos baseamos em leituras relevantes, como o livro "História das Crianças no Brasil", organizado pela historiadora Mary del Priore. Destacamos especialmente o capítulo “Crianças carentes e políticas públicas”, de Edson Passetti, que explora a trajetória histórica das crianças em situação de vulnerabilidade econômica no final do século XX e início do século XXI, sob a perspectiva do desenvolvimento de políticas públicas sociais.

Em sua obra, o autor aborda as questões relacionadas ao internato, afirmando que “no internato, as crianças são criadas sem vontade própria, têm sua individualidade sufocada pelo coletivo, recebem uma formação escolar deficiente e frequentemente são preparadas para ocupar os escalões inferiores da sociedade” (Passetti, 2002, p. 346). Essa perspectiva apresentada pelo autor será considerada nas análises realizadas nesta pesquisa.

Adiante, o autor menciona que havia especialistas que se solidarizavam com os internos e discordavam do modelo dessas instituições. Eles pleiteavam a abolição dessas instituições, argumentando que existiam alternativas mais adequadas para lidar com o abandono e as infrações (Passetti, 2002).

Segundo o autor, os responsáveis pelas internações eram constituídos por

“médicos, juízes, promotores, advogados, psicólogos, padres, pastores, assistentes sociais, sociólogos e economistas” (Passetti, 2002, p. 350), e, conseqüentemente, atendiam também aos seus próprios interesses enquanto membros da sociedade. Para Passetti, as internações devem ser vistas não apenas como “parte da história da caridade com os pobres e a intenção de integrá-los à vida normalizada”, mas também como um componente da história contemporânea da crueldade (Passetti, 2002, p. 350). Assim, é fundamental analisar os internatos com uma visão crítica para compreender suas possíveis falhas e imprecisões.

Outra reflexão do autor que pode contribuir para o entendimento do objeto desta pesquisa é a seguinte:

Pretendendo domesticar as individualidades e garantindo com isso os preceitos de uma prevenção geral, os governos passaram a investir em educação, sob o controle do Estado, para criar cidadãos a reivindicar disciplinadamente segundo as expectativas de uma direção política cada vez mais centralizadora. Para tal, escola e internato passam a ser fundamentais (Passetti, 2002, p. 355).

Dessa forma, evidencia-se a importância do ensino e do internato como veículos para a implementação de certas ações com viés político. No que diz respeito às crianças carentes, o autor observa que “o abandono das crianças nas rodas dos expostos ou o recolhimento em instituições para meninas pobres revelava as dificuldades de muitas famílias para garantir a sobrevivência de seus filhos” (Passetti, 2002, p. 350). Essas famílias viam nas instituições cristãs, como as santas casas, uma possibilidade de sobrevivência, além de confiar nas ordens religiosas e nas iniciativas filantrópicas de particulares como meios para melhorar sua situação financeira.

### **3 HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DO PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA**

Para compreender a história e a organização do Preventório, é necessário primeiro compreender o contexto histórico do período específico em questão. Estudar esse contexto é importante para a análise dos eventos ocorridos, pois fornece informações sobre os valores, estruturas sociais, políticas e econômicas que influenciaram as ações e decisões da época.

Analisar o contexto histórico permite uma compreensão mais profunda das motivações por trás dos eventos, das relações de poder envolvidas, das condições socioeconômicas que moldaram as experiências das pessoas e das respostas das sociedades aos desafios enfrentados.

Portanto, é fundamental explorar brevemente o contexto no qual a instituição pesquisada estava inserida, para relacionar o cenário político com a organização e o funcionamento do Preventório.

#### **3.1 Contexto político do período**

Sobre o contexto político da época, Oliveira (2020, p. 23) observa que “a cidade de Belém nos anos de 1940 trouxe muita movimentação nas estruturas políticas, econômicas e sociais, movimentações que foram decisivas para influenciar nas questões políticas vindouras”.

Oliveira (2020, p. 24) enfatiza, com base na afirmação de Chaves (2017), que:

A década de 40 vivenciava a ideologia do “incentivo à brasilidade” para valorizar a cultura e economia do País. Com o início do Estado Novo<sup>3</sup> de Getúlio Vargas e a ideologia do nacionalismo, a modernidade e a valorização interna do País foram incentivadas. As políticas das interventorias estaduais se associam às diretrizes de Estado estabelecidas por Getúlio Vargas para impulsionar planos de modernização edilícia e urbana nas cidades.

Segundo Oliveira (2020), durante esse período, o contexto econômico do Estado, assim como o de muitos outros estados brasileiros, estava marcado por instabilidade devido aos impactos da Segunda Guerra Mundial, que desorganizou a



vida econômica da população. As dificuldades com alimentação e moradia nas áreas rurais levaram a um êxodo em direção à capital do estado, Belém.

O êxodo rural para a capital, Belém, é destacado como uma consequência direta desses problemas econômicos. Esse movimento migratório reflete a busca por melhores condições de vida e oportunidades em meio às dificuldades nas áreas rurais. Além disso, o deslocamento da população do campo para a cidade pode ter impactos significativos na dinâmica demográfica, social e econômica da região, incluindo o aumento da urbanização e a pressão sobre os recursos urbanos.

Outro ponto importante a ser destacado é que, segundo Oliveira (2020, p. 31):

[...] a administração de Magalhães Barata sofreu, em sua duração, grande influência do governo de Getúlio Vargas, desde o modelo populista, por meio da "assistência" para com as camadas subalternas, até a maneira de governar pelo processo centralizador.

O trecho supracitado ressalta a influência do governo de Getúlio Vargas na administração de Magalhães Barata. A referência ao "modelo populista" indica que a gestão de Magalhães Barata foi moldada pelos princípios do populismo, uma abordagem política que procura criar uma conexão direta entre o líder e as camadas populares, frequentemente por meio de políticas assistencialistas.

A referência à "assistência" para as camadas subalternas sugere que a administração de Magalhães Barata pode ter implementado medidas assistencialistas com o objetivo de melhorar as condições de vida das classes mais pobres. Essa abordagem segue uma estratégia típica do populismo, que busca garantir apoio popular através de benefícios e assistências.

Oliveira (2020) defende que Magalhães Barata, como político, utilizou de forma astuta as necessidades sociais para consolidar sua posição durante seu mandato. Ele procurou resolver os conflitos internos que afetavam o estado, com o objetivo de aumentar seu apoio popular e sua popularidade entre as massas. No caso de Magalhães Barata, sua habilidade em identificar e responder às carências sociais permitiu-lhe estabelecer uma conexão direta com as necessidades da população, o que, por sua vez, ampliou seu apoio e seu favoritismo entre as massas.

Por outro lado, é importante considerar a natureza dessa abordagem política. Embora tenha proporcionado benefícios imediatos para o político em

questão, focar exclusivamente em conquistar a simpatia popular pode ter limitações a longo prazo. Dependendo do contexto político e das medidas implementadas, essa estratégia pode ser interpretada como populismo<sup>3</sup>, com o potencial de criar uma dependência da liderança em vez de promover soluções estruturais para os problemas sociais.

Nesse sentido, Oliveira (2020, p, 32) destaca que:

Em meio às comparações do passado e do presente no estado do Pará, Vargas discursa fazendo uma relação do reconhecimento regional. Dessa forma, os fragmentos da Folha do Norte demonstraram que Getúlio Vargas aparecia destacando e apoiando o trabalho de Magalhães Barata, uma relação típica do governo de Vargas em valorizar o populismo que, doravante, estava direcionado ao interventor federal e ao território paraense.

O trecho acima destaca a conexão entre o discurso político de Getúlio Vargas e o reconhecimento regional no estado do Pará, particularmente no que diz respeito ao apoio ao trabalho de Magalhães Barata. O contexto histórico revela que Vargas usava sua retórica para sublinhar a importância dos líderes regionais e suas contribuições para o desenvolvimento local, estabelecendo assim uma ligação direta com as populações locais.

A alusão ao "populismo" indica que a valorização dos líderes regionais estava alinhada com as políticas populistas promovidas pelo governo de Vargas. Essas políticas visavam estabelecer uma conexão direta com as camadas populares e consolidar o apoio político. Assim, o apoio de Vargas a Magalhães Barata não se restringia a um reconhecimento pessoal, mas representava também uma estratégia política para reforçar o poder do governo federal no Pará.

Ainda segundo Oliveira (2020), Magalhães Barata foi reeleito em 1954 e exerceu seu terceiro e último mandato como governador constitucional de 1955 a 1959. Durante sua trajetória política dedicada, ele faleceu em 1959, aos 71 anos, enquanto ainda estava no exercício de seu mandato.

Oliveira (2020) afirma que a imagem de Magalhães Joaquim Cardoso Barata retratada nos jornais era caracterizada por uma série de atributos que o destacavam como uma figura pública próxima do povo, sendo frequentemente identificada como

---

<sup>3</sup> Prática política que "é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa" (Weffort, 1989, p. 28).

o "pai dos pobres".

Essa imagem consolidava a percepção de Barata como um político verdadeiramente comprometido com as camadas mais desfavorecidas da sociedade, dedicando seu trabalho para atender às suas necessidades e demandas.

De acordo com Pacheco (2017), no estado do Pará, as políticas educacionais seguiam as diretrizes nacionais de padronização das práticas de ensino, preparação da mão de obra e promoção de uma educação voltada para a higiene e a moralização da população. A autora ainda destaca que:

No relatório das ações intervencionistas no Estado, datado de 1944, destinado ao presidente Getúlio Vargas, o interventor federal do Pará, Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, destacou as principais ações empreendidas na administração do Estado. No referido documento fica explícito o papel da educação na moralização das crianças ao defender a moralidade do ensino, em todos os seus graus (Pacheco, 2017, p. 189).

O relatório sobre as ações intervencionistas no estado, elaborado pelo interventor federal Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, enfatiza a importância da educação na moralização das crianças, sugerindo que essa era uma das principais preocupações das autoridades da época.

Isso revela uma visão da educação não apenas como um meio de transmissão de conhecimento, mas também como uma ferramenta para moldar valores e comportamentos considerados desejáveis para o desenvolvimento da sociedade. Essa abordagem reflete as concepções da época sobre o papel da educação na formação do cidadão e na construção de uma sociedade mais disciplinada.

### **3.2 Organização do preventório a partir das suas normativas**

No que tange ao estudo sobre o Preventório, é importante destacar que “o primeiro lugar no mundo a implantar o modelo preventorial foi a Ilha de Molokai, no Havaí, por iniciativa do Padre Damião, no início da década de 1880” (Souza; Souza; Melo, 2022, p. 62). Já no Brasil, tal prática passou a acontecer quando houve “a preocupação com a criança sadia, filha de hansenianos, se evidenciou no Brasil principalmente a partir de fins da década de vinte, quando apareceram os primeiros Preventórios” (Monteiro, 1998).

De acordo com o Regimento do Preventório Santa Terezinha, a instituição tinha caráter filantrópico, assistencialista e gratuito. Localizado na Avenida Almirante Barroso, na cidade de Belém, Estado do Pará, foi fundado pelo Padre Januário Baleeiro de Jesus e Silva<sup>4</sup>, Capelão da Zona Aérea de Belém, em 11 de outubro de 1948. Conforme o anexo A, foi reconhecido como de Utilidade Pública<sup>5</sup> por meio do Decreto nº 617 do Governo do Estado do Pará, datado de 22 de março de 1950.

Inicialmente, a instituição foi criada com o nome de "Casa do Cristo Sacerdote". No entanto, após a reforma de seus Estatutos em 14 de janeiro de 1954, o nome foi alterado para "Preventório Santa Terezinha para Filhos Menores de Tuberculosos". A instituição era gerida por uma diretoria composta por seis membros, todos de senhoras da alta sociedade de Belém. Isso a assemelhava à maioria dos preventórios no Brasil, que eram administrados por entidades filantrópicas e, em grande parte, por lideranças femininas de classes sociais elevadas (Souza; Souza; Melo, 2022).

Na análise documental, observei algumas divergências nas informações sobre a fundação e a direção da instituição. O regimento interno menciona o Padre Januário como fundador, enquanto outros documentos e o site destacam a Sra. Juracy Magno e Silva Bastos como fundadora e diretora. Essas discrepâncias podem resultar de mudanças na administração, diferentes perspectivas históricas ou erros de registro.

Atualmente, Adriana Medeiros, neta de uma das fundadoras do Preventório, assume a direção da instituição. Isso demonstra uma continuidade familiar e sugere um envolvimento de gerações sucessivas na gestão e cuidado da instituição ao longo do tempo.

A criação da instituição surgiu da necessidade de acolher crianças sadias cujos pais estavam diagnosticados com tuberculose, uma doença que se espalhava significativamente na época. Muitas das crianças abrigadas eram filhas de trabalhadores da indústria que, devido à baixa remuneração e má alimentação,

---

<sup>4</sup> Pe. Januário Baleeiro de Jesus e Silva, OCS, nasceu na Vila de São José do Uará, Município de Fonte Boa, Estado do Amazonas, em 15 de setembro de 1922. Estudou Teologia no Seminário de Belém do Pará, sob a orientação dos Salesianos. Foi ordenado sacerdote na Catedral de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará, em 8 de dezembro de 1945, por imposição das mãos de Dom Mário de Miranda Vilas Boas. Até o ano de 1955, atuou como capelão militar na base aérea de Val-de-Cans, próxima a Belém (Paróquia Nossa Senhora de Fátima, [2023]).

<sup>5</sup> Utilidade pública refere-se àquela atividade, bem ou serviço que traz benefício ou interesse coletivo, seja para os cidadãos de um país ou, em uma escala maior, para a humanidade como um todo.

tornavam-se vulneráveis à tuberculose. Essa situação facilitava a transmissão da doença para aqueles com quem conviviam, elevando assim a taxa de tuberculose no Estado.

Além da tuberculose, outras condições também afetavam as crianças naquele período. Conforme afirma Pacheco (2017, p. 98):

Num movimento de uma sociedade em transformação, a preocupação com as doenças e com os problemas sociais trazidos pela nova ordem econômica capitalista, suscitou a criação de instituições que abrigassem indigentes, crianças abandonadas, pessoas acometidas por doenças contagiosas e todos os considerados perigosos que poderiam ameaçar o projeto de modernização e embelezamento da cidade.

A preocupação com as doenças contagiosas apontaria a direção que as crianças, acometidas por doenças com essa característica, tomariam. Na capital paraense, nas primeiras décadas do século XX, as crianças conviviam sob a ameaça de doenças como a febre amarela, a tuberculose, a lepra, varíola, peste bubônica, que eram disseminadas pela cidade em decorrência da miséria, das péssimas condições de higiene da população das áreas periféricas, falta de água encanada, de rede de esgoto.

Segundo Campos (2006), em 1946 e 1947, a tuberculose figurava como uma das principais causas de mortalidade em 17 capitais do país, sendo a principal causa de morte entre a população adulta de Salvador, Aracaju e Belém no ano de 1941. A doença era considerada um grave problema no cenário nacional da época, exigindo medidas emergenciais para seu controle.

De acordo com os autores:

Entre 1932 e 1941, malária e tuberculose representavam as principais causas de morte entre a população adulta de Belém, sendo responsáveis por 6096 das mortes em adultos no estado do Pará e respondendo a malária, isoladamente, por 35% do total de causas de falecimento de adultos (Freitas Filho, 1956 *apud* Campos, 2006, p. 94).

O Preventório tinha como objetivo atender crianças de 4 a 12 anos, de ambos os sexos, provenientes de famílias menos favorecidas, mantendo-as sob um regime de internato gratuito. Segundo Oliveira e Olmo (2012, p. 213):

As primeiras ideias sobre os preventórios no Brasil surgiram durante o Primeiro Congresso Médico Paulista, em 1916, que discutiu, entre outras questões, os prós e os contras dos preventórios. Essas instituições tinham como objetivo recolher menores, filhos de portadores da hanseníase, mesmo que para isso se utilizassem da segregação e isolamento entre pais e filhos.

Um preventório é uma instituição educativa criada historicamente para

abrigar e educar crianças em situação de risco ou vulnerabilidade, especialmente aquelas expostas a doenças contagiosas, como a tuberculose. O modelo educacional de um preventório varia conforme o contexto histórico e as políticas educacionais locais, assim como a missão específica da instituição.

No entanto, embora sua função principal seja a prevenção de doenças, a saúde das crianças é uma prioridade comum nesses estabelecimentos. Isso frequentemente inclui exames médicos regulares, tratamento para doenças existentes, programas de vacinação e educação sobre higiene e saúde preventiva.

Embora o foco principal de um preventório seja a saúde, muitos preventórios também ofereciam educação formal. Isso geralmente envolvia aulas regulares ministradas por professores qualificados, adaptadas às necessidades das crianças residentes.

Além da educação formal, os preventórios frequentemente ofereciam oportunidades de aprendizado prático e vocacional, incluindo treinamento em habilidades como agricultura, costura, carpintaria ou artesanato. Essas atividades tinham como objetivo preparar as crianças para futuras oportunidades de emprego.

Muitas vezes, as crianças atendidas pelos preventórios vinham de ambientes desfavorecidos. Em resumo, o modelo educacional de um preventório integrava cuidados de saúde preventiva com educação e oportunidades práticas, recreativas e sociais, visando o desenvolvimento integral das crianças em situação de risco.

O espaço físico do Preventório Santa Terezinha era bastante amplo, incluindo pátios, refeitórios, enfermaria, piscina e dormitórios separados para meninos e meninas. Além dessas instalações, havia também uma capela, onde as crianças participavam de pequenos eventos religiosos. O cuidado das crianças estava sob a responsabilidade de irmãs religiosas, com registros indicando que as Irmãs Babinas (Ordem de Nossa Senhora Menina) estiveram à frente da instituição por volta de 1964, conforme os documentos disponíveis.

A Ordem das Irmãs Babinas<sup>6</sup> dirigiu o Preventório por cerca de 32 anos. Em 1991, a Irmã Rosália, membro dessa mesma ordem, ocupava o cargo de Irmã Superiora da instituição. É notável que a Irmã Rosália tenha sido uma criança interna

---

<sup>6</sup> Era também conhecida como Congregação das Irmãs de Maria Menina ou Nossa Senhora Menina. Foi fundada em 21 de novembro de 1832, na cidade de Lôvere, no norte da Itália.

no Preventório antes de seguir a carreira religiosa e assumir um papel de liderança na administração da instituição.

Sobre o espaço físico do preventório, a fotografia apresentada na Figura 3 do acervo da instituição oferece uma visão detalhada da organização do setor de dormitórios. Ela ilustra como eram dispostos os alojamentos no Preventório.

Figura 3 – Dormitório das crianças



Fonte: Arquivo do Preventório Santa Terezinha.

Na Figura 3, é possível visualizar o dormitório das crianças internas do Preventório, onde as camas estão dispostas em fileiras, deixando um espaço central entre elas. Sobre o espaço dos preventórios no Brasil, Souza, Souza e Melo (2022, p. 64) afirmam que:

A estrutura física dos preventórios se assemelhava em todos os estabelecimentos. Como acontece em quase todas as instituições totais, não há espaço em que a privacidade seja respeitada, todos os espaços eram coletivos (dormitórios, refeitório e até mesmo banheiros), creches destinadas às crianças menores, espaços voltados para os cuidados profiláticos (consultórios e/ou enfermarias), capelas, pavilhões de observação.

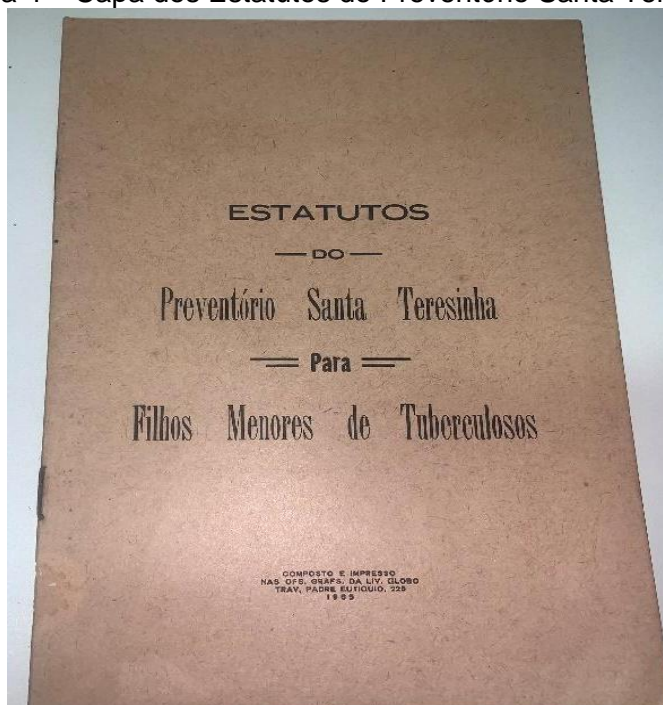
Logo, pode-se concluir que a estrutura do Preventório Santa Terezinha seguia um padrão semelhante ao de outros preventórios no Brasil. Além disso, a Figura 3 evidencia a falta de privacidade nos espaços, o que sugere que a

individualidade das crianças não era priorizada nas instituições preventórias.

No prédio atual do Preventório, ainda é possível ver a cabeceira de uma das camas colocada no corredor, como uma forma de preservar a memória da instituição para os visitantes. Além disso, o local exibe fotografias de diferentes espaços e momentos com as crianças, que serão apresentadas ao longo deste trabalho.

Sobre a nomenclatura da instituição, conforme o site oficial do Preventório Santa Terezinha, o nome foi escolhido para refletir seu conceito original: "Preventório" está associado à ideia de prevenção, enquanto "Santa Terezinha"<sup>7</sup> é uma homenagem a uma jovem católica da França que faleceu de tuberculose em 1897 e foi canonizada pelo Papa Pio XI. Para analisar as normativas descritas, serão utilizados o Regimento Interno e o Estatuto do Preventório Santa Terezinha.

Figura 4 – Capa dos Estatutos do Preventório Santa Terezinha



Fonte: Preventório Santa Terezinha (1965).

O Estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral em sessão realizada no dia

---

<sup>7</sup> Santa Tereza do Menino Jesus nasceu no dia 2 de janeiro de 1873 em Alençon, Baixa Normandia, na França. Desde o nascimento, foi fraca e doente. Seu nome de batismo era Marie Françoise Thérèse Martin (Maria Francisca Tereza Martin). Era filha de Louis Martin, relojoeiro e joalheiro, e de Zélie Guérin, famosa bordadeira de Alençon. Santa Tereza sofreu de tuberculose por quase três anos e faleceu no dia 30 de setembro de 1897, aos 24 anos.



14 de janeiro de 1954 e publicado no Diário Oficial do Estado, nº 17.519, em 21 do mesmo mês. O documento estabelece as diretrizes para o funcionamento da instituição, abordando temas como: Sócios do Preventório, Organização Social, Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria, Conselho Técnico, além de Disposições Gerais e Transitórias, entre outros.

Naquele período, o Preventório era majoritariamente sustentado por doações dos sócios. Qualquer pessoa podia se associar, sem distinção de nacionalidade, sexo ou religião. Os sócios eram classificados nas seguintes categorias: a) Honorários, b) Beneméritos, c) Benfeitores, d) Contribuintes e e) Remidos.

Art. 5.º - Serão sócios honorários os que a Sociedade julgar merecedores desta distinção. Art. 6.º - Serão sócios beneméritos os que prestarem relevantes serviços à Sociedade e esta julgar dignos desta distinção. Art. 7.º - Serão sócios benfeitores os que tiverem feito contribuição à Sociedade de valor superior a cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000). Art. 8.º - Serão sócios contribuintes os que pagarem mensalmente, no mínimo, a quantia de cinco cruzeiros (Cr\$ 5). Art. 9.º - Serão sócios remidos os que tiverem contribuído com quantia superior a um mil cruzeiros (Cr\$ 1.000), de uma só vez. Art. 10.º - Só terão direito a voto os sócios quites com a Sociedade, maiores de 18 anos e não poderão ser representados por procurador que não seja sócio (Preventório Santa Terezinha, 1965, p. 4).

De acordo com o artigo 13 do Estatuto, a administração da Sociedade era dividida em quatro órgãos principais: a Assembleia Geral, composta por sócios das categorias A, B, C, D e E; o Conselho Deliberativo, eleito pela Assembleia Geral e com poderes definidos pelo Estatuto; a Diretoria, encarregada da gestão da Sociedade conforme os termos do Estatuto; e o Conselho Técnico, que desempenhava as funções atribuídas a ele pelos Estatutos.

De acordo com o Art. 14, o Art. 14, a Assembleia Geral deveria se reunir a cada três anos para a renovação do Conselho Deliberativo, além de se reunir extraordinariamente sempre que convocada. A Assembleia Geral era presidida por uma mesa composta por quatro membros eleitos para um mandato de três anos, incluindo um Presidente, um Vice-Presidente e dois Secretários (1º e 2º Secretários).

As convocações para as Assembleias Gerais eram realizadas da seguinte forma: as assembleias ordinárias eram convocadas pelo Presidente da Assembleia, enquanto as extraordinárias podiam ser convocadas pelo Presidente, a pedido de um terço dos sócios em dia com suas obrigações, ou, como último recurso, pela

maioria do Conselho Deliberativo.

As Assembleias Gerais ordinárias se reuniam em uma primeira convocação com a presença de um terço dos sócios em dia, e em uma segunda convocação poderiam ocorrer com qualquer número de participantes. Já as Assembleias Gerais extraordinárias requeriam a presença da maioria absoluta dos sócios em dia para a primeira convocação, e podiam se realizar com qualquer número de participantes na segunda convocação.

Além disso, conforme o Art. 19, todas as reuniões para Assembleias Gerais deveriam ser convocadas com um aviso prévio de cinco dias, publicado na imprensa, e a segunda convocação poderia ocorrer com um intervalo de três dias

Por sua vez, o Conselho Deliberativo era composto por doze membros eleitos diretamente pela Assembleia Geral, com um terço de seus integrantes sendo renovado a cada dois anos. Conforme o Art. 21, o Conselho era presidido por uma mesa executiva formada por quatro membros eleitos pelo próprio Conselho para um mandato de três anos, incluindo um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário.

De acordo com o Art. 22, as competências do Conselho Deliberativo eram as seguintes:

- a) reunir-se ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou de um terço (1/3) dos seus membros;
- b) eleger os membros da Diretoria e os do Conselho Técnico, que não forem membros natos, nos termos destes Estatutos; eleger os membros da Comissão Fiscal;
- d) deliberar sobre os negócios sociais;
- e) tomar conhecimento dos balanços anuais, contas e relatórios apresentados pela Diretoria e comprar ou alienar bens para ou da Sociedade, por deliberação, pelo menos de dois terços (2/3) dos seus membros;
- f) prover, dentro de dez dias, as vagas que ocorrerem na Diretoria, por morte, renúncia, exclusão ou ausência do Estado, por mais de seis meses, sem licença do Conselho Deliberativo;
- g) reformar os Estatutos no que disser respeito a assuntos de administração, sem, entretanto, poder alterar os objetivos da Sociedade (Preventório Santa Terezinha, 1965, p. 8).

Segundo acordo com o Art. 23, três membros do Conselho Deliberativo eram eleitos para compor a Comissão Fiscal por um período de três anos. A Comissão Fiscal tinha a responsabilidade de examinar, quando necessário, a contabilidade da Sociedade, assegurando a precisão dos balanços e verificando a execução das

deliberações do Conselho. Para tanto, deveria apresentar um relatório detalhado sobre suas conclusões.

As convocações para o Conselho Deliberativo podiam ser feitas de duas formas: a) pelo Presidente da Mesa ou b) por um terço dos membros do Conselho. As eleições para o Conselho eram realizadas por voto secreto. Para deliberações que envolvessem a cassação do mandato da Diretoria, era necessária a presença de pelo menos dois terços dos membros do Conselho.

Outro setor da organização do Preventório era a Diretoria, que, conforme o Art. 27, era eleita pelo Conselho Deliberativo, como descrito anteriormente. A Diretoria era composta por uma Presidente, duas Vice-Presidentes, duas Secretárias e duas Tesoureiras, todas desempenhando suas funções de forma gratuita. O mandato da Diretoria era de três anos, com possibilidade de reeleição.

Ao cargo de Presidente competia: “representar a Sociedade, judicial e extrajudicialmente, nomear empregados e executar rigorosamente as disposições estabelecidas, bem como atender às instruções e normas traçadas pelo Conselho Técnico” (Preventório Santa Terezinha, 1965, p. 7).

Havia também a Vice-Presidente, responsável por auxiliar a Presidente em todas as suas atribuições e substituí-la nos seus impedimentos. Além dela, havia a 2ª Vice-Presidente, competindo a ela auxiliar a Presidente e a 1ª Vice-Presidente em todas as suas atribuições e substituí-las nos seus impedimentos.

Na Diretoria, as secretárias desempenhavam funções específicas conforme o Art. 33. A 1ª Secretária era responsável pela superintendência dos arquivos sociais e pela correspondência do Preventório. Por sua vez, a 2ª Secretária tinha a tarefa de redigir as atas das reuniões, auxiliar a 1ª Secretária em suas funções e substituí-la em seus impedimentos.

A 1ª Tesoureira era responsável por guardar os valores da Sociedade, arrecadar as contribuições dos sócios, receber subvenções e auxílios, e realizar os pagamentos autorizados pela Presidente. Ela também devia apresentar mensalmente um balancete detalhado da receita e despesa. A 2ª Tesoureira, por sua vez, organizava a escrituração da Sociedade sob a supervisão da 1ª Tesoureira, além de auxiliar em suas funções e substituí-la quando necessário.

A Diretoria deveria se reunir pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. As deliberações só poderiam ser

realizadas com a presença de, no mínimo, três diretores. De acordo com o Art. 39, a retirada de fundos depositados em bancos só poderia ser efetuada por meio de cheques assinados pela Presidente e pela Tesoureira. A seleção dos bancos para os depósitos dos valores da Sociedade era de responsabilidade do Conselho Deliberativo.

Quando necessário, a Diretoria tinha a prerrogativa de criar comissões especiais para atender a serviços de interesse social, como propaganda, publicidade, assistência social, entre outros. As atribuições, o número de membros e o prazo de duração dessas comissões seriam definidos conforme as necessidades da instituição.

Além dos setores mencionados, havia o Conselho Técnico, composto por membros natos e eleitos. Eram membros natos do Conselho Técnico o Diretor da Saúde Pública do Estado, o Delegado Federal da Saúde no Estado, o Chefe do Serviço de Tuberculose no Estado e os Diretores dos Hospitais de Isolamento. Além destes, o Conselho Deliberativo elegia quatro outros membros, incluindo um médico, um advogado, um engenheiro e um contabilista. As atribuições do Conselho Técnico incluíam definir e estabelecer a orientação técnica da Sociedade e colaborar com a Diretoria na administração técnica.

Para assegurar a manutenção e o funcionamento adequado da instituição, existiam as chamadas “Damas Protetoras”. Essas Damas Protetoras eram senhoras admitidas pela Diretoria, que se dedicavam a apoiar os objetivos estabelecidos pelos Estatutos, especialmente nas seguintes áreas:

- 1) o de angariar sócias para o PREVENTÓRIO [...]
- 2) o de promover e patrocinar festivais, bem como conferências e palestras, sobre temas referentes ao objetivo da Sociedade e o de organizar quermesses, audições, etc., não só com o intuito financeiro, mas também para propagar a finalidade e despertar o interesse público por essa Sociedade;
- 3) o de solicitar dádivas em dinheiro, roupas e materiais de qualquer utilidade para o fim de o Preventório tem por escopo;
- 4) o de distribuir entre seus membros e entre as senhoras que desejarem cooperar com as Damas Protetoras, todos os trabalhos de costura, bordados e outros próprios ao mister feminino que forem requeridos pelas necessidades do Preventório (Preventório Santa Terezinha, 1965, p. 8).

Por fim, o Estatuto do Preventório incluía Disposições Gerais que estabeleciam o seguinte: “Art. 45 - Em caso de dissolução da Sociedade, seu patrimônio, incluindo bens móveis e imóveis, deverá ser transferido para uma

instituição de amparo a menores, com a condição expressa de que tais bens não sejam utilizados fora do território do Estado” (Preventório Santa Terezinha, 1965, p. 9). Além disso, a Sociedade podia aceitar doações em dinheiro ou bens de qualquer natureza, mas não poderia autorizar ou patrocinar eventos ou festas que não fossem diretamente supervisionados pela Diretoria e cuja renda não fosse integralmente entregue à instituição. O Estatuto também proibia a Sociedade de participar de manifestações políticas de qualquer tipo.

Art. 48 - São considerados sócios quites todos os que pertencerem às categorias A, B, C, do artigo 4. e os da categoria D, que tenham paga a mensalidade do mês anterior.

Art. 49 - Não havendo distinção entre sócias, poderão ser eleitas ou nomeadas, indiferentemente, sócias de qualquer categorias, A, B, C, D e E, para ocupar cargos da Sociedade, de acordo com estes Estatutos.

Art. 50 - Quando vagas do Conselho Deliberativo atingirem a oito (8) membros, por morte, renúncia, exclusão ou ausência do Estado por tempo superior a seis (6) meses, sem licença do mesmo Conselho, reunir-se-á extraordinariamente a Assembleia Geral para preencher, por eleição, as vagas existentes.

Art. 51 - O ano social será contado pelo ano civil (Preventório Santa Terezinha, 1965, p. 9).

A Diretoria da época era composta pelas seguintes “senhoras e senhorinhas”: Presidente: Carmen Chermont Ribas de Faria; Vice-Presidentes: Blandina dos Santos Coutinho e Maria Veiga Santana Marques; Secretárias: 1ª Secretária - Georgina Boulhosa de Moraes e 2ª Secretária - Dolores Oliveira da Paz; Tesoureiras: 1ª Tesoureira - Alice Zaire Boulhosa e 2ª Tesoureira - Augusta Beatriz Chermont.

É notável a organização do Preventório e, por meio do Estatuto, é possível observar que existia uma hierarquia a ser seguida, assim como papéis e responsabilidades divididos entre os dirigentes da instituição. Entre as religiosas, havia níveis de liderança e diferentes áreas de atuação no trabalho, compreendendo, assim, uma responsabilidade atribuída a cada um dos cargos existentes.

Da mesma forma, a análise do documento revela as relações de poder existentes na instituição, evidenciando como o exercício desse poder pôde influenciar as dinâmicas entre internos, professores, irmãs e funcionários.

Para aprofundar a compreensão de como a fiscalização atua como um mecanismo de controle estatal sobre a educação pública, recorreremos ao conceito de

"poder" conforme discutido nas obras de Michel Foucault. Foucault propõe uma visão do poder como uma rede de relações que permeia todas as esferas da sociedade, manifestando-se por meio de práticas disciplinares e dispositivos de controle.

Sobre o conceito de poder, Foucault (1987, p. 195) afirma:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior "adestrar"; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo.

Isso sugere que, na instituição analisada, o poder exercido pelas autoridades não se limita a estabelecer hierarquias e controle, mas também busca moldar e regular o comportamento e as interações dos indivíduos para alcançar os objetivos institucionais. Essa abordagem do poder disciplinador pode ter profundas implicações nas experiências e relações internas, influenciando as dinâmicas de poder e as formas de resistência e conformidade dos envolvidos.

No contexto da instituição pesquisada, o exercício do poder pode impactar as dinâmicas entre os diversos grupos presentes. As normas e práticas disciplinares impostas pelos professores e funcionários, por exemplo, podem moldar as interações entre os internos e estabelecer hierarquias de poder dentro da instituição.

A estrutura e organização descritas no Estatuto do Preventório evidenciam uma vasta rede de setores necessários para o adequado funcionamento da instituição. Além disso, é evidente que as doações desempenharam um papel crucial na manutenção dos serviços oferecidos. Como mencionado, havia sócios mensais com compromisso de contribuir financeiramente de forma fixa para a instituição. Além disso, a análise dos nomes das Diretoras, Secretárias e Tesoureiras demonstra que a maioria das pessoas envolvidas na gestão e manutenção do Preventório era composta por mulheres da sociedade paraense.

### **3.3 Presença da concepção higienista nas normativas da instituição**

Outro aspecto abordado no Estatuto da instituição é a variação na nomenclatura da tuberculose, conforme descrito no Artigo 20, que define o objetivo

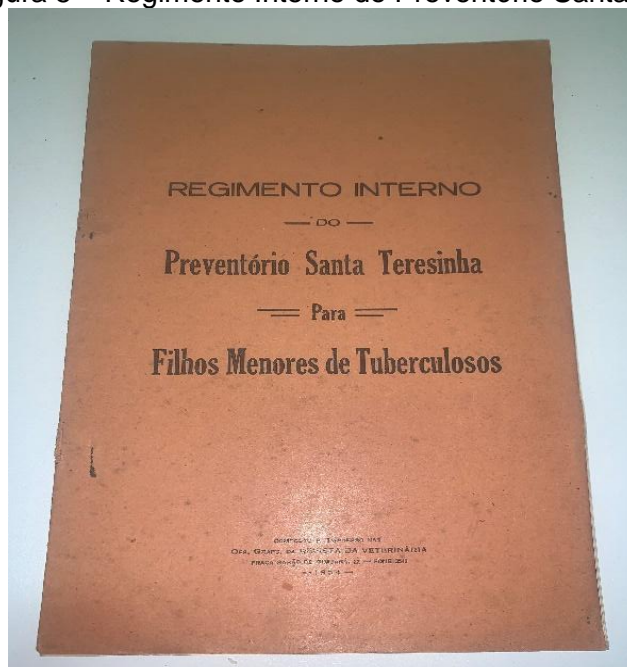
do Preventório:

Art. 20 - Sua finalidade: amparo integral dos filhos dos tuberculosos pobres e sadios, preservando-os do convívio contagioso de seus pais atacado pela peste branca. A referida instituição é inteiramente gratuita e caritativa, dirigida por senhoras e senhorinhas da sociedade (Preventório Santa Terezinha, 1965, p. 3, grifo da autora).

Conforme descrito no artigo supramencionado, o principal objetivo do Preventório era retirar os filhos saudáveis de pais tuberculosos, com o intuito de evitar a propagação da doença, que era referida como “peste branca” na época.

Sobre a tuberculose, Bertolli Filho (2001) observa que a doença era considerada uma “doença social” devido à sua associação com condições de vida precárias e pobreza. Essa perspectiva moralmente restritiva contribuiu para o surgimento dos primeiros movimentos de educação em saúde, utilizando a disseminação da “Peste Branca” como um argumento para promover a conscientização sobre a doença e os princípios higienistas.

Figura 5 – Regimento Interno do Preventório Santa Terezinha



Fonte: Preventório Santa Terezinha (1954).

De acordo com o Regimento Interno (Figura 5) da instituição, foram estabelecidos limites de idade para a admissão e matrícula dos internos: a) até 10 anos para os meninos e b) até 12 anos para as meninas. No entanto, esses limites

poderiam ser ajustados, conforme necessário, a critério da direção do Preventório.

Para garantir a admissão das crianças, foi adotada uma medida profilática que exigia a apresentação de uma ficha fornecida pelas autoridades sanitárias competentes da época. O Artigo 3º do Regimento especifica que “todas as crianças filhos de pais tuberculosos sem recursos de mantê-los, serão aceitos e admitidos no Preventório, mediante uma ficha fornecida pelas autoridades sanitárias competentes” (Preventório Santa Terezinha, 1954, p. 4).

Para a admissão dos menores, a ordem de preferência era organizada da seguinte maneira: primeiro, aqueles que eram filhos de pais tuberculosos; em segundo lugar, os que se encontravam em áreas com maior risco de contágio; em terceiro, os que mais necessitavam devido à falta absoluta de recursos ou assistência; em quarto, os de menor idade; e, por fim, os que não podiam ser adequadamente supervisionados.

As iniciativas de internação poderiam partir da direção do Preventório, das autoridades sanitárias competentes ou de terceiros que procurassem a instituição. Nos dois últimos casos, era necessário verificar a disponibilidade de vagas na instituição previamente.

Todos os menores admitidos no Preventório eram registrados em um livro geral de matrícula, seguindo uma ordem cronológica. Em seguida, eram fichados pelos médicos do estabelecimento para a abertura do dossiê individual de cada criança.

O Artigo 6º do Regimento Interno especifica algumas razões que poderiam levar à saída dos alunos acolhidos pelo Preventório, como:

Art. 6º - Os internados darão baixa ou sairão do Preventório, pelos seguintes motivos: a) falecimento; b) doença contagiosa; c) limite de idade estabelecida neste Regimento; d) existência de parentes ou solicitação de pessoas ex-tranhas reconhecidamente sadios e de idoneidade moral e capacidade financeira para mantê-los e educá-los e ainda com o compromisso de sujeitá-los a pronta assistência educacional e médica; e) contumaz indisciplina ou inveterados maus hábitos e que tenham resistido a todos os meios de correção permitidos (Preventório Santa Terezinha, 1965, p. 4, grifo da autora).

Portanto, mesmo sob regime de internato no Preventório, o risco de contrair doenças contagiosas permanecia. Caso uma criança fosse diagnosticada com alguma doença contagiosa, ela perderia sua vaga para evitar a propagação da



doença entre os demais internos.

Para além desses critérios, a idade também era um fator determinante para a saída de um interno. A permanência na instituição estava limitada a uma faixa etária específica: meninos até 12 anos e meninas até 14 anos. No entanto, a direção do Preventório tinha a autoridade para ajustar esses limites em casos de necessidade profilática, econômica ou administrativa.

A direção superior do Preventório era exercida pela sua Diretoria, que tinha a autoridade para delegar poderes a qualquer um de seus membros para garantir o cumprimento do regimento. Além disso, a administração diária era conduzida por um corpo de religiosas, liderado pela Irmã-Superiora, que atuava como administradora. Ela era responsável por dirigir e orientar todos os serviços do Preventório, com exceção dos de ordem técnica. A Irmã-Superiora também tinha a obrigação de reportar à direção superior todas as irregularidades ocorridas na instituição. Mensalmente, ela deveria apresentar um relatório abrangente sobre a entrada e saída de internos, o estado sanitário do estabelecimento, os serviços realizados, o aproveitamento dos cursos, e outros aspectos relevantes para a atenção da direção superior.

Além da Irmã-Superiora, havia a Irmã Ecônoma-Almoxarife, cuja responsabilidade era supervisionar os gêneros, mercadorias, objetos, utensílios e dinheiro entregues pela Diretoria. Seu papel incluía a organização de um inventário e o registro de caixa, abrangendo entradas e saídas, de modo que os saldos pudessem ser verificados a qualquer momento. A Irmã Ecônoma-Almoxarife também gerenciava as requisições de gêneros, roupas e utilidades, além das folhas de pagamento das diárias ou mensalidades dos funcionários do Preventório, como cozinheira, lavadeira, ajudante e empregado braçal, conforme as ordens da Irmã-Superiora. Todos esses documentos eram assinados por ela, com o visto da administradora.

Por fim, a função da Irmã-Escriturária era cuidar de todos os serviços de escrituração, incluindo a organização e manutenção das matrículas e fichas dos internados, a elaboração de boletins e correspondência, e o registro de donativos, receitas e despesas. Ela também era responsável pela gestão de requisições e informações, elaboração de mapas e estatísticas, além da organização do arquivo e da biblioteca.

Outro tópico abordado no Regimento refere-se ao Corpo Técnico, subordinado à Diretoria e composto por diversos profissionais, cada um com responsabilidades específicas. Um dos principais membros desse corpo era o médico-clínico pediatra, cuja função era “[...] examinar periodicamente todos os internados, orientando seu desenvolvimento físico conforme as normas eugênicas e registrando o aproveitamento individual” (Preventório Santa Terezinha, 1954, p. 6). Segundo o Art. 15, caso um interno adoecesse, deveria ser imediatamente transferido para a enfermaria, onde aguardaria a visita médica. Todas as prescrições médicas, incluindo a dieta alimentar, deveriam ser feitas por escrito e seguidas rigorosamente, conforme estabelecido pelo regimento.

Tais ações demonstravam a aplicação dos princípios higienistas na instituição, visando assegurar condições de saúde para os internos e implementar medidas profiláticas, características essenciais do movimento higienista da época.

Contudo, o documento menciona que o médico tinha a responsabilidade de prestar assistência dentária aos internos, sugerindo que, sob essas condições, o médico-clínico também desempenhava funções de odontologia.

O instrutor de educação física era responsável por conduzir as atividades físicas de todos os internos, seguindo o horário estabelecido pela Irmã-administradora. Por outro lado, o técnico de ofícios tinha a incumbência de ministrar instruções em atividades práticas, como agricultura, encadernação e outros ofícios, ajustados conforme a faixa etária dos internados. Essas atividades incluíam uma variedade de tarefas, como pequenas práticas agrícolas, entre outras.

No tópico seguinte, sobre a Economia Interna, o Regimento estipula que “todas as rendas e todas as despesas serão devidamente registradas, bem como inventariados todos os móveis e utensílios, pelo modo indicado neste Regimento e de conformidade com as instruções transmitidas pela Diretoria e modelos de escrituração, pela mesma indicados” (Preventório Santa Terezinha, 1954, p. 7).

No documento, também consta que:

Art. 25 - Os fornecimentos de vulto, que tenham de ser feitos ao Preventório, serão precedidos de tomadas de preços entre estabelecimentos idôneos, podendo a Diretoria firmar contratos de tais fornecimentos.

Art. 26 - O Preventório terá empregadas necessárias aos seus diversos serviços, mantida, entretanto, a mais rigorosa economia, dentro de uma norma de trabalho justa, equitativa e racional.

Art. 27 - A admissão desses empregados será proposta pela Irmã-administradora, com aprovação da Diretoria, sujeita, porém, ao resultado da

resolução da mesma (Preventório Santa Terezinha, 1965, p. 8).

Outro ponto relevante no tópico “Economia Interna” é o Art. 28, que estabelece que “os internados deverão suprir na medida de suas possibilidades, os serviços domésticos da casa, despertando nas crianças o amor ao trabalho” (Preventório Santa Terezinha, 1965, p. 8). Além disso, o documento destaca que a direção superior e o corpo administrativo se empenhavam em maximizar a produção do solo e a fabricação de utilidades no Preventório, com o objetivo de que a instituição fosse capaz de produzir sua própria alimentação.

Caso houvesse excedente dos produtos cultivados ou explorados, estes deveriam ser vendidos, e a receita gerada seria destinada para auxiliar na manutenção da instituição.

Observa-se que, além das contribuições dos sócios e das doações de benfeitores, o Preventório também contava com a produção realizada pelos próprios internos como uma forma de auxiliar na manutenção da instituição. Rizzini e Pilotti (2011) destacam que, desde o século XIX, os asilos de órfãos tinham como objetivo proporcionar educação industrial para meninos e educação doméstica para meninas. Esta prática refletia uma tendência das instituições voltadas para a infância carente, alinhando-se ao dever nacional estabelecido pela Constituição de 1937, que visava garantir a formação profissional para a infância e juventude: “[...] sendo a instituição voltada para a prevenção ou regeneração, a meta era a mesma: inculcar o “sentimento de amor ao trabalho” [...] (Rizzini; Pilotti, 2011, p. 20).

Essa perspectiva é abordada por Foucault quando afirma que ela envolve “A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo (Foucault, 1987, p. 260). Ao mencionar um “trabalho preciso sobre seu corpo”, Foucault refere-se a técnicas disciplinares que não apenas regulam o comportamento externo, mas também penetram no corpo físico e psicológico dos indivíduos. O “amor ao trabalho” pode ser visto como uma expressão dessa disciplina, onde os indivíduos internalizam valores de produtividade e aceitam normas de trabalho sem questionar as condições que moldam seus comportamentos.

Tão importante quanto a higiene, era a alimentação destinada às crianças nessas instituições, refletindo os preceitos higienistas vigentes. No Preventório, por exemplo, o Art. 29 do Regimento estipula que “a alimentação dos internados será

sadia e abundante e de acordo com o regime prescrito” (Preventório Santa Terezinha, 1954, p. 8). A dieta dos internos era determinada pelo médico-clínico pediatra, membro do corpo técnico da instituição.

Nesse sentido, Damasceno, Pantoja e Miranda (2021) destacam a preocupação do professor Otavio Pires com a nutrição das crianças em internatos:

A enorme importância atribuída por Pires à nutrição pode ser avaliada em uma passagem na qual critica o professor ou o diretor do internato que, “para castigar um seu aluno por não ter sabido a lição, ou para puni-lo de qualquer infração regimental, priva-o de um ‘lunche’ ou de merenda, proíbe-lhe a ceia ou um jantar, é simplesmente um bárbaro em face da sociedade, é um verdadeiro assassino perante as leis higienicas” (PIRES, 1892e, p. 82). Os exemplos citados dão conta de religiosos em cujos colégios os alunos eram punidos com isolamento em cárcere sem luz e ventilação, com pão e água apenas” (Damasceno; Pantoja; Miranda, 2021, p. 15).

Tal afirmação reforça a importância dada à alimentação das crianças internas.

Outra evidência dessa preocupação pode ser encontrada no documento apresentado na Figura 6, que reproduz uma guia sobre a merenda escolar dos internos:

Figura 6 – Guia de Remessa de Gêneros Alimentícios

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR  
3.ª VIA

CAMPANHA NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR  
Guia de Remessa de Gêneros Alimentícios N.º 835

Professor \_\_\_\_\_  
Escola Preventório Sta. Terezinha  
Localidade \_\_\_\_\_ Rua Av. Almirante Barroso N.º  
Município Belém Estado ou Território Pará

| GÊNERO                  | QUANTIDADE | UNIDADE | OBSERVAÇÕES         |
|-------------------------|------------|---------|---------------------|
| Leite em pó desnatado   | xx 3       | caixas  | Cm 24,5 quilos cada |
| Farinha Nutritiva Mista | 2          | latas   | Cm 5 quilos cada    |
|                         |            |         |                     |
|                         |            |         |                     |
|                         |            |         |                     |
|                         |            |         |                     |

Belém, 4 de novembro de 1953

RECIBO: — Recebi a mercadoria constante da presente Guia, em perfeito estado.  
SUPERVISOR DO PROGRAMA \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA \_\_\_\_\_ ASSINATURA DO RESPONSÁVEL \_\_\_\_\_

IMPORTANTE: — É absolutamente necessário devolver URGENTEMENTE, ao Setor local de Merenda Escolar, a primeira via desta GUIA, devidamente assinada. A falta de cumprimento desta formalidade acarretará a suspensão do fornecimento.

Fonte: Arquivo do Preventório Santa Terezinha (1963).

A Figura 6 refere-se a um documento utilizado no Brasil para o transporte de alimentos destinados à merenda escolar, cujo objetivo era assegurar uma

alimentação adequada aos estudantes das escolas públicas. Esse documento não apenas destaca a preocupação com a nutrição dos internados, mas também revela a implementação de diretrizes específicas para garantir que as refeições atendam às normas de saúde da época. Essas práticas estavam alinhadas aos princípios higienistas, que enfatizavam a importância da alimentação para a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

Quanto ao controle e a disciplina no Preventório eram mantidos pelo corpo administrativo e pela Diretoria, que poderiam aplicar penalidades severas, como dispensa, demissão ou expulsão, a empregados, funcionários ou internados quando necessário. Conforme o Art. 35 do Regimento, “as penalidades aplicáveis segundo as faltas cometidas especificamente aos internados, seriam unicamente as seguintes: a) admoestação<sup>8</sup>; b) repreensão; C) supressão<sup>9</sup> de prêmios, festas e jogos; d) expulsão no caso da linha F, do artigo 6” (Preventório Santa Terezinha, 1954, p. 9).

Nesse sentido, “O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve, portanto, ser essencialmente corretivo” (Foucault, 1987, p. 204). Nessa abordagem, o castigo disciplinar não se limita a punir, mas busca corrigir desvios de comportamento ao moldar e normalizar as ações dentro dos padrões aceitos pela sociedade. Foucault critica esse processo por ir além da simples regulação de comportamentos, afetando também a formação das mentes e influenciando profundamente a autopercepção e o comportamento dos indivíduos nas instituições.

Por sua vez, a preocupação com o controle, a vigilância e a saúde das crianças e jovens era uma prática constante nas instituições analisadas neste estudo. Essas instituições refletiam uma “influência decisiva dos princípios de domínio moral e a clara ingerência da corporação médica sobre os aspectos pedagógicos” (Damasceno; Pantoja; Miranda, 2021, p. 21).

Em suma, as práticas educativas no Preventório Santa Terezinha eram moldadas por “prescrições de 'controle', 'vigilância' e 'fiscalização' como elementos constitutivos da implementação do higienismo nos estabelecimentos de ensino” (Damasceno; Pantoja; Miranda, 2021, p. 21).

Além disso, as normas de punição no Preventório refletem o caráter

---

<sup>8</sup> Advertência leve ou benévola.

<sup>9</sup> Cancelar, eliminar.

disciplinar da instituição. Conforme Foucault (1987), a vigilância se configura como um operador econômico significativo, funcionando simultaneamente como uma peça interna no aparato de produção e como uma engrenagem específica do poder disciplinar.

Dentro dessa perspectiva, a instituição exerce poder disciplinar ao controlar e moldar os corpos dos internos de acordo com normas e expectativas estabelecidas. Essas normas podem se refletir em regras sobre postura, vestimenta e comportamento físico geral.

Assim, o trecho de Foucault (1987) ressalta a complexidade das dinâmicas de poder em uma instituição educativa, demonstrando como o poder disciplinar influencia não apenas os processos de aprendizagem, mas também os comportamentos físicos e as relações sociais entre alunos, professores e funcionários.

Outrossim, conforme o Art. 33, foram designados vigilantes para ajudar na manutenção da ordem e disciplina nas aulas, refeitórios, dormitórios e recreios, sempre dentro de um regime de respeito e tolerância. Foram criados cargos de "vigilantes" para a seção masculina e para a seção feminina, compostos por internos que se destacavam pelos seus estudos e bom comportamento. Esses vigilantes eram selecionados entre os próprios internos e eram considerados os mais dedicados e exemplares.

O artigo acima permite compreender que a estrutura de vigilância descrita reflete uma forma de exercício do poder disciplinar associado à vigilância hierárquica, conforme abordado por Michel Foucault. Segundo Foucault (1987), o poder disciplinar se caracteriza por:

Um sistema "integrado", ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede "sustenta" o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros (Foucault, 1987, p. 201).

Isso evidencia que o poder disciplinar atua por meio de mecanismos de vigilância e controle que não são apenas impostos de forma vertical, mas também são internalizados e exercidos pelos próprios indivíduos. No exemplo mencionado,

os vigilantes são selecionados entre os próprios internos com base em seu desempenho e comportamento, o que ilustra como o poder disciplinar se manifesta de maneira descentralizada e internalizada.

Essa estrutura de vigilância não apenas regula o comportamento dos indivíduos, mas também reforça normas de disciplina e ordem na instituição. Os internos escolhidos como vigilantes são aqueles que se destacam pela dedicação aos estudos e comportamento exemplar, indicando que o poder disciplinar é exercido para moldar e regular o comportamento dos próprios internos. Isso cria uma dinâmica de autovigilância e autorregulação, onde os internos desempenham um papel ativo na manutenção da ordem e disciplina.

Portanto, ao aplicar as ideias de Foucault, podemos interpretar essa estrutura de vigilância como uma manifestação do poder disciplinar que vai além da imposição de ordem e disciplina de cima para baixo. Ela também é internalizada pelos próprios indivíduos, perpetuando um sistema de controle social dentro da instituição.

Segundo Foucault (1987, p. 200), “A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”. Dessa forma, observa-se que a combinação de supervisão e imposição de normas no Preventório demonstra como a disciplina vai além de um conceito abstrato, manifestando-se como uma prática institucionalizada que molda a vida cotidiana das crianças dentro da instituição.

Em continuidade à organização da instituição, observamos que as punições aos membros do corpo administrativo e técnico eram de competência exclusiva da Diretoria. As penalidades aplicáveis incluíam: a) admoestação reservada; b) repreensão; c) demissão.

Para concluir a análise do Regimento do Preventório, chegamos ao tópico final intitulado “Disposições Gerais”. Esta seção estabelece que o corpo administrativo era formado por três religiosas, que foram contratadas pela Diretoria. As condições detalhadas dos serviços, deveres e direitos dessas religiosas eram formalmente registradas em contrato.

Essa significativa participação das religiosas em cargos-chave da instituição reflete o compromisso com uma abordagem educativa suave e atenciosa. Stears

(2006) destaca que, em países com uma tradição cristã, a obediência e a educação religiosa sempre foram temas centrais. Isso frequentemente inclui rituais específicos e um investimento considerável na educação religiosa formal das crianças.

Além disso, a preparação das crianças para o futuro sempre envolveu tanto aspectos econômicos quanto religiosos. A educação moral, o trabalho, a disciplina e o controle eram componentes essenciais desse processo, com o objetivo de formar cidadãos responsáveis. Essa abordagem integrada entre dimensões morais, religiosas e práticas visava cultivar os valores e habilidades necessários para uma vida adulta produtiva e comprometida.

Retornando ao documento, o Regimento estipula que os cargos do corpo técnico poderiam ser ocupados por funcionários do Estado ou das Forças Armadas que desejassem colaborar com o Preventório, desde que se comprometessem a seguir as normas estabelecidas pela instituição e a cumprir o Regimento.

O Art. 38 do Regimento estabelece que a orientação religiosa do Preventório seria a Católica Apostólica Romana, com a assistência das Irmãs do corpo administrativo. Rizzini e Rizzini (2004) observam que, no Brasil, havia uma significativa presença de religiosos na administração das instituições voltadas para a infância. Esse modelo, predominantemente baseado na vida religiosa, moldava a organização e o funcionamento desses espaços, com forte ênfase nos ensinamentos cristãos e pouco contato com o mundo externo.

Sobre a influência da religião no Preventório, podemos correlacionar com a afirmação de Foucault (1987, p. 10):

"E ainda aí ela encontra um velho procedimento arquitetural e religioso: a cela dos conventos. Mesmo se os compartimentos que ele atribui se tornam puramente ideais, o espaço das disciplinas é sempre no fundo, celular. Solidão necessária do corpo e da alma, dizia um certo ascetismo: eles devem, ao menos por momentos, se defrontar a sós com a tentação e talvez com a severidade de Deus".

Esse contexto mostra o papel significativo da religião na educação e na vida das crianças nessas instituições. Além de um ambiente físico de controle, havia uma dimensão espiritual e moral na disciplina imposta aos internos. Assim, a presença constante da religião não apenas buscava moldar comportamentos, mas também influenciar a experiência interior dos indivíduos, guiada pela vigilância espiritual e pelas normas estabelecidas pela instituição.



O Art. 39 esclarece que a formação de correntes partidárias entre internados, empregados ou funcionários era proibida, devendo todos manter o máximo respeito pelas autoridades e superiores hierárquicos.

Por fim, o Art. 40, por sua vez, abordava as visitas das famílias aos internados. Essas visitas deveriam ser agendadas pela Irmã-administradora e aprovadas pela Diretoria, ocorrendo apenas nos horários e datas estabelecidos pelas autoridades do Preventório.

É importante ressaltar que Damasceno *et al.* (2020) destacam que a localização das instituições era uma das primeiras preocupações. Os autores afirmam que, conforme os princípios higienistas, essas instituições não deveriam estar situadas em áreas centrais das grandes cidades. Em vez disso, era preferível que fossem estabelecidas em locais afastados dos centros de intensa circulação.

No caso específico do Preventório, sua localização foi estrategicamente escolhida longe do centro urbano de maior circulação. Essa decisão seguiu as diretrizes higienistas da época, buscando um ambiente mais afastado e considerado mais saudável para o cuidado das crianças. Miranda (2015) observa que “[...] várias instituições hospitalares foram segregadas para áreas distantes do centro da cidade” (Miranda, 2015, p. 531), citando o Asilo da Mendicidade, situado próximo ao Preventório Santa Terezinha na Avenida Almirante Barroso, como exemplo.

A localização do Preventório reflete uma preocupação sanitária em isolar as crianças do centro da cidade. Pacheco (2007) corrobora essa prática, afirmando que “no Estado do Pará, desde o século XIX, já havia uma política de segregação de doentes considerados perigosos, realizada por meio da construção de hospitais em locais considerados de difícil acesso para impedir a propagação das doenças” (Pacheco, 2007, p. 80).

A justificativa higienista para a escolha de locais afastados não se limitava apenas à prevenção da propagação de doenças. Ela também envolvia a segregação social, refletindo a visão de uma “[...] nação moderna e desenvolvida e, para tanto, era necessário retirar da paisagem dos centros urbanos as crianças desvalidas, as prostitutas, os doentes e os ladrões” (Viana, 2015, p. 149).

Além de garantir o controle e a vigilância dos internos, essa estratégia visava prevenir fugas e limitar o contágio, especialmente de doenças como a tuberculose, por meio de uma distribuição espacial planejada. Esse conceito é corroborado por

Foucault, que afirma que:

A disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande “encarceramento” dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes. Colégios: o modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito; torna-se obrigatório em Louise-Grand quando, depois da partida dos jesuítas, fez-se um colégionomodelo (Foucault, 1987, p. 168).

Contudo, no Brasil, a localização dos preventórios gerava controvérsias, com críticas apontando que “a construção de Preventórios em locais afastados de centros populacionais geraria uma série de problemas, tanto na formação educacional do interno, como no relacionamento social da criança” (Monteiro, 1998, p. 10). Essas críticas variavam conforme o contexto regional e as necessidades específicas das comunidades atendidas. No caso do Preventório, parece que os internos tinham acesso a uma formação educacional adequada e oportunidades para interagir com outras crianças.

Outro fator importante era a higiene dos ambientes, uma vez que a negligência dessas práticas havia contribuído para “um motivo da rápida degeneração física da juventude paraense” (Damasceno *et al.*, 2020, p. 15). Conforme o Regimento do Preventório (1965), a responsabilidade por dirigir e supervisionar os serviços do Preventório, incluindo a manutenção do estado sanitário da instituição, estava a cargo da Irmã-Administradora. Isso indicava uma vigilância e uma preocupação constantes com a implementação adequada dessas práticas de higiene.

Embora as medidas higienistas não sejam explicitamente mencionadas nos documentos da instituição, é evidente que a concepção higienista está presente no Estatuto e Regimento do Preventório por meio das práticas profiláticas e sanitárias estabelecidas.

Ao ingressar como interna no Preventório, a criança passava por um processo burocrático de matrícula e identificação, começando com o preenchimento de uma ficha padrão. Nessa ficha, eram registrados dados pessoais, como nome, data de nascimento, nome dos pais e endereço da família (Figura 7)

Figura 7 – Exemplo de ficha dos alunos internos

A-B-C-D-E-F-U-B

**PREVENTORIO SANTA TEREZINHA**  
PARA FILHOS MENORES DE TUBERCULOSOS  
**SECÇÃO FEMININA**

19.

Nome ANA SELMA FELIXO

Nascido em BELEM - PARA  
aos 5 de SETEMBRO de 1955.

Filho de ASELMO FELIXO FELIXO  
e de IZABEL DOS SANTOS (AMBOS DOENTE) NÃO INTERNADO

Responsavel ASELMO FELIXO (PAE)

Residencia 3 de MAIO Nº 133

Fonte: Arquivo do Preventório Santa Terezinha (1955).

Em alguns casos, quando ambos os pais estavam doentes, a criança corria o risco iminente de contrair a mesma enfermidade, tornando a internação no Preventório uma alternativa para os pais. Em outras situações, apenas um dos pais estava adoentado, e essas informações também eram registradas nas fichas das crianças internas.

Além disso, o arquivo do Preventório contém vários documentos intitulados “Atestados de Imunização”, referentes aos internos da instituição, como ilustrado na Figura 8.

Figura 8 – Atestado de Imunização contra Poliomielite

PROGRAMA COOPERATIVO ENTRE A D. F. S. a D. F. Cr. e a  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO PARÁ

**ATESTADO DE IMUNIZAÇÃO** 0.0372  
**CONTRA POLIOMIELITE — VACINA (SALK)**

Nome NAZARE TAINDADE

Idade 7 a. Sexo fem. Cór Pará Nac. Brasilian

Residência Preventório Santa Terezinha

Filiação: { Pai Fernando Ribeiro  
Mãe Candida Ribeiro Taindade

**VACINA SALK**

|       |   |                          |                                       |
|-------|---|--------------------------|---------------------------------------|
| DATAS | } | 1.ª dose <u>26.11.58</u> | Vacinador: <u>Luiz de Paula Lopes</u> |
|       |   | 2.ª dose _____           | Vacinador: _____                      |
|       |   | 3.ª dose _____           | Vacinador: _____                      |

Fonte: Arquivo do Preventório Santa Terezinha (1958).

Indica-se que a instituição mantinha um controle rigoroso sobre a vacinação de seus internos.”. Assim, as medidas profiláticas e sanitárias, embora não

explicitamente denominadas, estão claramente presentes no Estatuto e Regimento da Instituição, refletindo o compromisso do Preventório com a saúde e o bem-estar dos internos.

A preocupação com o controle, a vigilância e a saúde das crianças e jovens era uma prática constante na instituição analisada, evidenciando uma “influência decisiva dos princípios de domínio moral e a clara ingerência da corporação médica sobre os aspectos pedagógicos” (Damasceno *et al.*, 2020, p. 21).

#### 4 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NAS NORMATIVAS DO PREVENTÓRIO

De acordo com o Regimento do Preventório, todas as crianças recebiam a instrução primária, abrangendo desde o Jardim de Infância até a 4ª série do primeiro grau, além de instrução religiosa e trabalhos manuais. Nesse contexto, Alves (2015, p. 44) aponta que “essas instituições de caridade de natureza filantrópica que, num primeiro momento tinham caráter assistencialista, passaram a assumir, também, a missão de instruir seus internos”.

Inicialmente voltadas para a assistência material e apoio aos desfavorecidos, essas instituições ampliaram seu papel ao incluir a educação e a formação das crianças sob seus cuidados. O Preventório, ao oferecer instrução primária até a 4ª série do primeiro grau, além de educação religiosa e trabalhos manuais, buscou não apenas atender às necessidades básicas das crianças, mas também prepará-las para uma vida mais instruída.

A educação primária oferecida no Preventório não se limitava à instrução acadêmica, mas também incluía capacitação prática por meio de trabalhos manuais, preparando os internos tanto para futuras oportunidades de emprego quanto para o desenvolvimento pessoal. Essa abordagem ampliada indica que as funções das instituições filantrópicas evoluíram ao longo do tempo, passando de um modelo puramente assistencialista para um modelo integrado que combina assistência e educação.

No Preventório, as crianças tinham acesso a atividades recreativas e esportivas, além de receberem assistência médica, odontológica e social. Também eram providas de alimentação, roupas, medicamentos, material escolar e itens de higiene, atendendo a todas as suas necessidades para uma manutenção adequada.

De acordo com as normativas, o cuidado oferecido aos internos do Preventório transcendia a assistência material, englobando aspectos essenciais para o desenvolvimento físico, emocional e educacional das crianças. A inclusão de atividades recreativas e esportivas visava promover a saúde física e estimular o convívio social entre os internos, proporcionando momentos de integração e crescimento pessoal.

Além disso, a assistência médica e odontológica garantia que as crianças recebessem cuidados de saúde, prevenindo e tratando doenças, além de promover

a saúde bucal. O fornecimento de alimentação, roupas, medicamentos, material escolar e itens de higiene buscava assegurar que as crianças tivessem condições básicas de sustento e desenvolvimento educacional. Dessa forma, elas podiam participar plenamente das atividades oferecidas pelo Preventório.

Essa abordagem integrada do Preventório atendia às necessidades básicas e imediatas das crianças, criando um ambiente onde elas pudessem realizar todas as atividades essenciais dentro da instituição, com pouco ou nenhum contato com o mundo exterior.

De acordo com as normativas, a preocupação fundamental do Preventório era a carência afetiva das crianças e a formação de suas personalidades, tendo como meta básica a formação do caráter de cada criança, preparando-as para se tornarem cidadãos úteis à pátria, à família e à sociedade no futuro.

As normativas do Preventório refletem uma preocupação alinhada aos princípios do higienismo. O higienismo enfatizava a importância das condições sanitárias e da saúde pública, tanto na esfera individual quanto coletiva. Assim, os ambientes educacionais não estavam isentos dessa influência, pois eram neles que a concepção higienista era difundida e aplicada.

No contexto do Preventório, a ênfase na carência afetiva das crianças e na formação de suas personalidades, conforme mencionado nas normativas, indica uma preocupação com o desenvolvimento integral dos internos. A meta declarada pela instituição de formar o caráter das crianças e prepará-las para se tornarem cidadãos úteis à pátria, à família e à sociedade, reflete uma abordagem educacional que transcendia o ensino "formal" da época, visando também à formação do indivíduo como membro ativo da sociedade.

Ao destacar a formação do caráter dos internos, o Preventório buscava não apenas proporcionar instrução, mas também inculcar valores como responsabilidade, disciplina e trabalho. Esses princípios eram considerados fundamentais para o desenvolvimento individual das crianças na época.

Sob a perspectiva higienista, a preocupação com a formação do caráter das crianças também pode ser vista como uma maneira de promover comportamentos corretos e disciplinados, evitando condutas e atitudes que fossem contrárias ao que prescreviam as normas. Era comum acreditar que um caráter bem formado poderia prevenir comportamentos socialmente indesejados, corroborando a tese foucaultiana

de que “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”. (FOUCAULT, 1987, p. 164165).

Quanto ao ensino oferecido pela instituição os cursos oferecidos, eram:

Art. 20 - a) jardim de infância; b) primário, de acordo com o programa oficial; C) escola doméstica em todas as suas múltiplas atividades; d) pequena lavoura e trabalhos de campo; e) artes e ofícios. § único: No caso de manifestar qualquer internado pendor para as letras, artes ou ciências, a Diretoria providenciará sobre sua instrução fora do estabelecimento, encaminhando-o para as suas inclinações profissionais (Preventório Santa Terezinha, 1954, p. 7).

No Art. 21, ficou estabelecido que “a educação moral e cívica fará parte de todos os cursos” (Preventório Santa Terezinha, 1954, p. 7). Esse ensino estava presente no Preventório com o objetivo de fomentar o culto à pátria e à bandeira nacional, promovendo valores cívicos e morais entre os internos.

A inclusão da educação moral e cívica em todos os cursos do Preventório, conforme estipulado no Art. 21 do Regimento, reflete a influência predominante da concepção higienista da época. O higienismo não se restringia apenas às questões de saúde física e sanitária, mas também abrangia a preocupação com a saúde moral e cívica da população.

A promoção do culto à pátria e à bandeira nacional por meio da educação moral e cívica visava transformar as crianças do Preventório em cidadãos exemplares, preparados para contribuir positivamente com a sociedade. Para a sociedade da época, isso era fundamental não apenas para o desenvolvimento individual dos internos, mas também para o fortalecimento da comunidade como um todo.

A doutrina higienista considerava que uma sociedade moralmente forte e coesa é menos suscetível a problemas sociais e de saúde, contribuindo para um ambiente mais saudável para todos. Por isso, a inclusão de educação moral e cívica em todos os cursos do Preventório era vista como essencial para promover nas crianças internas valores como responsabilidade, patriotismo, normas sociais e compromisso. Além disso, ao promover esses valores, o Preventório não apenas oferecia uma educação integral aos internos, mas também seguia os ideais de

construção de uma nação forte, capaz de enfrentar futuros desafios com bases sólidas.

As normativas evidenciam como o conceito de higiene influenciou não apenas as políticas de saúde e higiene, mas também as práticas educativas e morais, visando moldar não apenas corpos, mas também mentes e comportamentos, de acordo com as ideias de uma sociedade idealizada.

Conforme o Art. 22, os programas e horários de ensino deveriam ser organizados pela professora e pela Irmã-administradora e, posteriormente, apresentados à Diretoria para aprovação. O Art. 23, por sua vez, revela que, para estimular os internos, a Irmã-administradora organizava, com a aprovação da Diretoria, atividades como jogos, festivais e prêmios, destinados aos que se destacavam pelo bom comportamento e aproveitamento nos estudos.

Figura 9 – Crianças internas do Preventório em momento de recreação



Fonte: Arquivo do Preventório Santa Terezinha



Figura 10 – Crianças internas do Preventório em momento de recreação



Fonte: Arquivo do Preventório Santa Terezinha

No arquivo interno da instituição, há diversas fotos das crianças em diferentes momentos. As Figuras 9 e 10, por exemplo, referem-se a um intervalo entre as atividades oferecidas pela instituição. É possível observar uma freira acompanhando as crianças durante essa atividade. As crianças aparentam estar saudáveis e bem cuidadas, demonstrando expressões de diversão. A presença da irmã próxima as crianças na imagem reforça o papel de autoridade, ligada a supervisão e controle exercido sobre as crianças, inclusive durante os momentos destinados ao lazer.

Esse momento de recreação pode ser definido, conforme Pinheiro, Matos e Fernandes (2023, p. 3), como:

Um tempo-espaço destinado entre as horas de estudo em sala para promover o descanso e a restauração das energias, na busca por um maior aproveitamento da aprendizagem das crianças e é constituído por diferentes atividades como jogos, ginástica, exercícios físicos variados e noções de higiene, que influenciavam na educação dos corpos infantis.

Isso remete à percepção de que a instituição intencionalmente promove momentos de recreação, reconhecendo a importância dessas atividades para o higienismo. A recreação desempenha um papel essencial ao incentivar a prática de

atividades físicas e o contato com o ar livre, contribuindo para a saúde física das crianças.

Ademais, a organização das salas de aula, incluindo a disposição das cadeiras, é crucial e pode refletir vários aspectos importantes no contexto educacional. A disposição das cadeiras pode indicar não apenas as preferências do professor, mas também as filosofias educacionais, as necessidades dos alunos e as tendências pedagógicas da época.

Figura 11 – Sala de aula do Preventório



Fonte: Arquivo do Preventório Santa Terezinha

Um ponto relevante para a pesquisa é a Figura acima, na qual é possível observar a organização de uma sala de aula com cadeiras agrupadas por mesa, o que contrasta com a organização tradicional, na qual as cadeiras costumam estar alinhadas em fileiras.

A disposição das cadeiras em grupos pode indicar uma preferência por abordagens educacionais que valorizam a colaboração e a interação entre os alunos. Esse arranjo cria um ambiente mais dinâmico e participativo, facilitando a

participação ativa dos alunos nas atividades.

Como resultado, a observação da organização da sala de aula revela uma abordagem educacional que valoriza a interação e a participação dos alunos. Esse arranjo pode indicar um ambiente educacional projetado para atender melhor às necessidades e promover o desenvolvimento das crianças internas.

Por fim, um ponto importante é a referência à professora primária no Regimento. De acordo com as normativas, ela deveria “ser diplomada por estabelecimento oficial e responsável pela educação completa dos internados, ficando, também, subordinada à Irmã-administradora, ressalvado o caso de se tratar de ensino a cargo do Estado” (Preventório Santa Terezinha, 1954, p. 6).

A menção à figura da professora primária do Preventório Santa Terezinha ressalta a importância atribuída à educação “formal” e integral dos internos na instituição. A exigência de que a professora seja diplomada por um estabelecimento oficial enfatiza a preocupação com a qualidade do ensino, garantindo que os educadores tenham a formação acadêmica necessária para instruir as crianças de maneira eficaz.

Além disso, a subordinação da professora à Irmã-administradora revela a estrutura hierárquica do Preventório, onde a autoridade religiosa ou administrativa supervisiona os aspectos educacionais. Essa organização reflete a influência da orientação católica na gestão da instituição, na qual princípios religiosos e educacionais estão integrados para proporcionar uma educação que também promove valores morais e cívicos.

Essa estrutura organizacional e normativa do Preventório Santa Terezinha evidencia um compromisso com a educação “formal” e com a formação moral e cívica das crianças internas. A presença de uma professora primária com formação acadêmica reconhecida ressalta o empenho em oferecer um ensino de qualidade conforme os padrões educacionais da época, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e sua preparação para um futuro produtivo e integrado à sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, os preventórios foram ambientes onde a separação física entre indivíduos era uma prática comum. Essa separação não se restringia apenas aos corpos, mas também se estendia à divisão entre a prestação de assistência e a dimensão educativa dentro dessas instituições. De fato, os preventórios não apenas visavam à prevenção de doenças, mas também atuavam como locais de controle sobre os corpos de seus ocupantes.

O Estado, por meio de suas estratégias sanitárias, políticas, espaciais e educacionais, utilizava os preventórios como ferramentas de segregação social, separando a população adoentada de suas famílias consideradas saudáveis. Essa prática reflete não apenas uma abordagem de controle da saúde pública, mas também levanta questões mais amplas sobre direitos e justiça social, representando uma transformação significativa na infância e na vida futura dos indivíduos segregados.

A educação destinada aos internos estava alinhada com as concepções higienistas, refletida na localização estratégica das instituições, na configuração das edificações voltadas para cuidados e formação, na higiene dos espaços e na alimentação fornecida.

O objetivo central desta pesquisa foi analisar a organização interna do Preventório Santa Teresinha, com foco especial nas normativas que regiam seu funcionamento. Para alcançar essa compreensão, examinamos documentos essenciais que estruturam a instituição, como o Estatuto e o Regimento, além de recorrer a fotografias e outros registros.

Ao analisar o Estatuto, identificamos as diretrizes estabelecidas para a administração e governança do Preventório, incluindo aspectos da estrutura organizacional e das responsabilidades dos gestores. O complemento o Estatuto ao detalhar os procedimentos para a organização interna, com foco nas normas que regulavam a vida dos internos.

Concordamos com Damasceno, Pantoja e Miranda (2021, p. 21) ao afirmar que a intervenção exercida pelas autoridades das instituições nas “práticas

educativas ultrapassava a planificação de espaços físicos e conteúdos programáticos, de modo que atingia os próprios métodos de ensino, a formação dos sujeitos e seus corpos”. Tal mediação, de forma impositiva, afetava diversos aspectos da vida das crianças paraenses, tanto em termos de formação quanto de cuidado, no âmbito físico e moral.

No que diz respeito à organização do Preventório, a instituição exibe uma estrutura bem definida, conforme evidenciado pelos seus estatutos, que estabeleceram uma hierarquia clara com funções e responsabilidades específicas para os dirigentes. As freiras desempenhavam papéis de liderança distintos, com responsabilidades bem definidas de acordo com os cargos que ocupavam.

Os documentos revelam as dinâmicas de poder dentro da instituição, mostrando como o exercício desse poder influencia as relações entre reclusos, professores, enfermeiros e funcionários, além das interações entre os próprios reclusos. A análise é explorada com base no conceito foucaultiano de poder, que o vê como uma rede de relações que atravessa a sociedade por meio de práticas disciplinares.

A instituição demonstra um cuidado evidente no acompanhamento da vacinação de seus reclusos, o que é refletido direta ou indiretamente nos estatutos e regimentos através das medidas profiláticas e sanitárias exigidas pelo Preventório. Isso ressalta a preocupação da instituição com a saúde dos reclusos e inclui medidas preventivas para assegurar as condições adequadas no ambiente institucional.

Por outro lado, a religião desempenhou um papel fundamental no Preventório Santa Terezinha, influenciando não apenas a disciplina externa dos internos, mas também sua orientação espiritual e moral. A constante presença da religião moldou não apenas o comportamento visível dos indivíduos, mas também sua experiência interior, através da vigilância espiritual e das normas institucionais, impactando significativamente sua formação ética e moral.

O Preventório Santa Terezinha oferecia às suas crianças uma educação que ia do Jardim de Infância até a quarta série do primeiro grau, complementada por instrução religiosa e atividades manuais. Além da educação formal, a instituição proporcionava assistência recreativa, esportiva, médica, odontológica e social, garantindo também alimentos, roupas, medicamentos e material escolar.

Um dos objetivos da instituição era desenvolver o caráter cívico e moral das crianças. Os cursos oferecidos incluíam atividades domésticas, agricultura em pequena escala, artes e ofícios, adaptados às inclinações individuais dos reclusos. A educação moral e cívica foi incorporada em todos os cursos para promover valores nacionais, e a estrutura educacional incluiu atividades recreativas e prêmios. As atividades de lazer foram organizadas para incentivar momentos de tranquilidade por meio de brincadeiras, ginástica e práticas de higiene, entre outras atividades.

É reiterado, mais uma vez, que o contexto higienista moldou a educação e o comportamento do Preventório. A educação deveria ensinar responsabilidade, patriotismo e normas sociais para fortalecer a sociedade e fornecer um ambiente saudável. As normativas do Preventório refletiam essa visão, buscando moldar tanto o corpo quanto a mente das crianças internas, preparando-as para contribuir para uma nação forte. O artigo 22 detalha a organização dos programas de ensino, enquanto o artigo 23 menciona a promoção de atividades como jogos e prêmios para incentivar o bom comportamento e o desempenho acadêmico.

Nos registros fotográficos da instituição, as crianças são retratadas como saudáveis, bem cuidadas e expressando alegria, sugerindo que a instituição, de certa forma, se preocupava em proporcionar um ambiente positivo. Esses momentos de recreação, segundo Pinheiro, Matos e Fernandes (2023) eram essenciais, pois favoreciam um melhor aproveitamento no aprendizado. As atividades recreativas incluíam jogos, ginástica, exercícios físicos e noções de higiene, todas voltadas para a educação física das crianças, alinhadas com os ideais higienistas da época, que valorizavam a prática de atividades ao ar livre e a promoção da saúde.

Além disso, vale mencionar que a organização das salas de aula, especialmente a disposição das cadeiras, é significativa. Essa organização reflete não apenas as preferências do professor, mas também as filosofias educacionais, as necessidades dos alunos, evidenciando como o espaço físico foi pensado para atender aos objetivos educacionais da instituição.

O regimento da instituição de 1954 destaca a importância da professora primária, exigindo que ela fosse diplomada por um estabelecimento oficial e estivesse subordinada à Irmã-administradora. Essa hierarquia reflete a influência da orientação católica na instituição, onde a educação formal é cuidadosamente integrada à formação moral e cívica das crianças. A exigência de uma professora

qualificada sublinha o compromisso com a qualidade do ensino e a preparação das crianças para um futuro produtivo e bem integrado na sociedade

### **FONTES DOCUMENTAIS**

PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA. *Regimento Interno do Preventório De Santa Terezinha Para Filhos Menores de Tuberculosos*. Belém, PA, 1954.

PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA. *Estatuto do Preventório De Santa Terezinha Para Filhos Menores de Tuberculosos*. Belém, PA, 1965.

PREVENTÓRIO SANTA TEREZINHA. *O Preventório*. Belém, [2023]. Disponível em: <http://preventorio.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 17 set. 2023.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. B. Assistencialismo, higienismo e educação civilizatória na história do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Bahia, 1903 a 1920). *Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades*, Teresina, v. 2, n. 1, p. 68-88, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.26694/caedu.v2i1.10029>.

ALVES, L. M. S. A. A política de caridade, assistência e proteção à infância desvalida em Belém do Pará: do império à república. *Arquivo Brasileiro de Educação*, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 34-64, ago./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2015v3n6p34>.

ALVES, S. R. J. *A educação dos filhos de Lázaro: um estudo no preventório Afrânio de Azevedo em Goiânia (1943-1986)*. 2022. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

BARROS, J. A. Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. *Mouseion*, Canoas, n. 12, p. 129-159, maio/ago, 2012. DOI: <https://doi.org/10.18316/332>.

BERTOLLI FILHO, C. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAMPOS, A. L. V. E o Brasil continuava a ser um “Imenso Hospital”. In: CAMPOS, A. L. V. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 67-88. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786557081006.0005>.

CRUZ, G. A.; SARAT, M. História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador. *Educação e Fronteiras*, Dourados, v. 5, n. 13, p. 19-33, jan./abr. 2015.

DAMASCENO, A. *et al.* A presença do ensino religioso na legislação educacional do Grão-Pará (1841 - 1887). *RIDPHE: Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo*, Campinas, v. 6, p. 1-19, 2020. DOI: [https://doi.org/10.20888/ridphe\\_r.v6i00.12512](https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v6i00.12512).

DAMASCENO, A.; PANTOJA, S.; MIRANDA, J. I. A doutrina do Higienismo na Revista de Educação e Ensino: Octavio Pires e a higiene dos internatos. *RIDPHE: Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo*, Campinas, v. 7, p. 1-24, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20888/ridpher.v7i00.15539>.

DEL PRIORE, M. (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

FARIA, K. Y. S. *Da dignificação dos filhos de Lázaros: um estudo sobre o*



Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

FONSECA, A. D.; COLARES, A. A.; COSTA, S. A. Educação infantil: história, formação e desafios. *Revista Educação & Formação*, Fortaleza, v. 4, n. 12, 2019, p. 82-103 set./out., 2019. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v4i12.1270>.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento das prisões*. Tradução de Raquel Ramalheite. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOLOBOVANTE, S.; MELO, C.; DAMASCENO, A. Política, educação e o ensino de história no contexto do nacional-desenvolvimentismo. *Revista Exitus*, Santarém, PA, v. 13, n. 1, p. 1-24, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2061>.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. Rio de Janeiro: Achimé, 1992.

KUHLMANN JUNIOR, M. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200002>.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

MAGALHÃES, J. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (org.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MAGALHÃES, J. *Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo*. Braga (Portugal): Universidade do Minho, 1996.

MAGALHÃES, J. *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista (SP): Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARCILIO, M. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, M. C. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

MARQUES, C. M.; PEGORARO, L.; SILVA, E. T. Do assistencialismo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC): movimentos legais e políticos na Educação Infantil. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 255-280, jan./abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984723820422019255>.

MARZAGÃO, Mônica Nardy. *A institucionalização e a educação das crianças d Preventório Imaculada Conceição de Bragança Paulista (1912-1996)*. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 2002.

MIRANDA, C. S. *et al.* Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abr./jun, p. 525-539, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015005000006>.

MONTEIRO, Y. N. Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase, *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 3-26, jul./dez. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12901998000100002>.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. *In: SAVIANI, D. (coord.). Navegando na história da educação brasileira*. Campinas, SP: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/3ur4c8d8>. Acesso em: 29 mar. 2023.

OLIVEIRA, A. N. *Do embusteiro ao eminente ídolo paraense: a disputa política entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão nas manchetes dos jornais Folha do Norte e O Liberal*. 2020. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

OLIVEIRA, A. D.; OLMO, M. J. A. Preventório de Jacareí (1932-1952): ideais, cotidiano e sua documentação. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 271–284, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.47692/cadhistcienc.2012.v8.34349>.

PACHECO, T. S. C. A história de crianças que viveram o isolamento compulsório no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942- 1980). *Arquivo Brasileiro de Educação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 14, p. 181-215, maio/ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2018v6n14p181-215>.

PACHECO, T. S. C. *Infância, crianças e experiências educativas no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980)*. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. *O fundador*. Taguatinga-Sul, DF, [2023]. Disponível em: <https://pnsf.org.br/o-fundador/>. Acesso em: 17 set. 2023.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78-95, mar. 2009. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i33.8639555>.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. *In: DEL PRIORE, M. (org.). História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

PINHEIRO, W. C; MATOS, L. S; FERNANDES, R. S. S. M. O recreio no ensino primário e a educação dos corpos na infância (PARÁ, 1890-1918). *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 61, n. 67, e-31022, jan./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2023v61n67id31022>.

RIZINNI, I.; PILOTTI, F. (org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. *A Institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUCRio, 2004.

RODRIGUES, D. S.; FRANCA, M. P. S. A. G. A Pesquisa Documental Sócio-histórica. In: MARCONDES, M. I.; OLIVEIRA, I. A.; TEIXEIRA, E. *Metodologia e técnica de pesquisa em educação*. Belém: EDUEPA, 2010.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. *Diálogos Educacionais*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares: desafios teóricos. *Série-Estudos: Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, Campo Grande, MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i25.212>.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (org.). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2007.

SAVIANI, D. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. *Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 1-20, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462008000200002>.

SILVA, C. C. S. *Crianças indesejadas: estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha, 1930-1967*. 2009. 231 f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, I. R. (org.). *Roda dos expostos em versos*. São Paulo: Matarazzo; Museu da Santa Casa de São Paulo, 2019. Disponível em: [https://issuu.com/thaismatarazzo6/docs/roda\\_dos\\_expostos\\_em\\_versos](https://issuu.com/thaismatarazzo6/docs/roda_dos_expostos_em_versos). Acesso em: 22 jun. 2023.

SOUZA, I. O. C.; SOUZA, C. N.; MELO, E. M. O “cárcere” dos inocentes: os preventórios para os filhos dos pacientes de hanseníase no Brasil. *E-cadernos CES*, Coimbra, v. 37, p. 60-77, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.7162>.

STEARNS, P. N. *A infância*. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006.

VENÂNCIO, R. P. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

VIANA, L. C. *A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)*. 2015. 235 f. Tese

(Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

# ANEXOS

**ANEXO A – LEI Nº 1.165, DE 27 DE JUNHO DE 1955**

---

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – ASSESSORIA TÉCNICA

LEI N. 1.165, DE 27 DE JUNHO DE 1955

Considera de utilidade pública o Preventório Santa Terezinha.

Publicada no dia 05/07/1955.

---

TEXTO IDÊNTICO AO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
★  
ESTADO DO PARÁ